

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.485.810	2.862.490	2.979.693	1.057.122	226.695	302.741
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	1.557.804	358.987	321.858	27.363	180.000	55
Consumidores e Revendedores	8	2.346.520	2.549.546	2.262.585	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		505.456	427.060	400.556	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.040.720	1.120.035	625.332	-	-	-
Tributos Compensáveis	9	360.064	354.126	374.430	62.100	72.570	5.233
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10 a	263.392	220.760	489.813	-	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		20.755	22.080	29.959	-	-	-
Dividendos a Receber		-	-	-	511.043	195.196	230.405
Fundos Vinculados		132.495	3.386	14.241	233	99	190
Estoques		68.092	54.430	41.080	12	15	16
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	28	31.734	-	-	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	12	2.422.099	-	-	2.422.099	-	-
Outros Créditos		755.138	558.749	546.029	12.522	8.702	13.699
TOTAL DO CIRCULANTE		11.990.079	8.531.649	8.085.576	4.092.494	683.277	552.339
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	161.750	-	-	7.627	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	12	-	1.830.075	1.837.088	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	12	-	-	-	-	1.010.079	946.571
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10 b	1.451.794	1.235.869	1.218.126	357.354	424.449	345.472
Tributos Compensáveis	9	445.293	327.949	139.883	4.757	4.334	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10 a	34.348	23.605	83.438	27.911	19.548	80.117
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.420.275	1.387.711	1.027.206	270.702	275.720	195.517
Consumidores e Revendedores	8	315.288	158.770	95.707	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		10.440	11.931	-	-	-	-
Outros Créditos		267.590	172.436	138.413	39.788	50.695	31.737
Ativo Financeiro da Concessão	13	11.166.495	9.086.251	7.671.836	-	-	-
Investimentos	14	225.599	176.740	-	12.253.148	11.994.523	11.313.969
Imobilizado	15	8.810.529	8.661.791	8.228.513	1.584	1.723	2.066
Intangível	16	4.473.481	5.404.106	4.948.177	981	657	838
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		28.782.882	28.477.234	25.388.387	12.963.852	13.781.728	12.916.713
TOTAL DO ATIVO		40.772.961	37.008.883	33.473.963	17.056.346	14.465.005	13.469.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	01/01/2011 Reclassificado
Fornecedores	17	1.735.462	1.189.848	1.121.009	12.338	12.059	1.687
Encargos Regulatórios	20	412.840	368.229	384.415	-	-	-
Participações nos Lucros		86.256	89.512	116.183	7.776	9.357	5.129
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	569.008	516.553	403.533	60.119	35.740	32.836
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	127.187	129.384	137.035	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		3.478.810	1.243.086	1.153.895	3.478.810	1.243.086	1.153.895
Empréstimos e Financiamentos	19	5.158.989	4.354.518	1.546.228	1.102.721	1.011.830	373.599
Debêntures	19	1.947.317	3.466.542	656.338	-	-	-
Salários e Contribuições Sociais		260.047	271.891	243.258	11.169	12.987	12.478
Obrigações Pós-emprego	21	88.932	100.591	99.220	2.520	3.706	3.703
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	28	-	23.501	69.271	-	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	-	11.132	8.646	6.687
Concessões a Pagar		18.002	7.990	-	-	-	-
Outras Obrigações		424.522	407.701	472.973	15.147	15.137	14.655
TOTAL DO CIRCULANTE		14.307.372	12.169.346	6.403.358	4.701.732	2.352.548	1.604.669
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Regulatórios	20	169.632	262.202	142.481	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	19	4.125.587	5.254.776	6.113.759	-	18.397	36.794
Debêntures	19	4.938.417	2.703.233	4.910.165	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	1.003.301	897.087	692.803	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	947.870	885.160	983.528	-	-	-
Provisões	22	468.186	549.439	370.907	146.089	185.952	187.553
Concessões a Pagar		191.815	129.696	117.802	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	21	2.229.081	2.186.568	2.061.608	101.965	96.245	92.349
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	28	1.319	-	-	-	-	-
Outras Obrigações		346.319	226.428	201.419	62.498	66.915	71.554
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.421.527	13.094.589	15.594.472	310.552	367.509	388.250
TOTAL DO PASSIVO		28.728.899	25.263.935	21.997.830	5.012.284	2.720.057	1.992.919
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital Social	23	4.265.091	3.412.073	3.412.073	4.265.091	3.412.073	3.412.073
Reservas de Capital		3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		2.856.176	3.292.871	2.873.253	2.856.176	3.292.871	2.873.253
Ajustes de Avaliação Patrimonial		968.945	1.086.154	1.209.833	968.945	1.086.154	1.209.833
Recursos Destinados a Aumento de Capital		-	-	27.124	-	-	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.044.062	11.744.948	11.476.133	12.044.062	11.744.948	11.476.133
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.772.961	37.008.883	33.473.963	17.056.346	14.465.005	13.469.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
RECEITA	24	18.460.375	15.748.716	334	347
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	25				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.951.272)	(4.277.980)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(1.010.596)	(830.024)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(495.114)	(329.105)	-	-
		(7.456.982)	(5.437.109)	-	-
CUSTO	25				
Pessoal e Administradores		(1.025.703)	(933.954)	-	-
Materiais		(67.522)	(72.801)	-	-
Serviços de Terceiros		(831.760)	(739.674)	-	-
Depreciação e Amortização		(948.546)	(910.319)	-	-
Provisões Operacionais		(36.064)	(70.598)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(186.384)	(153.979)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(1.630.194)	(1.529.269)	-	-
Outras		(200.378)	(152.463)	-	-
		(4.926.551)	(4.563.057)	-	-
CUSTO TOTAL		(12.383.533)	(10.000.166)	-	-
LUCRO BRUTO		6.076.842	5.748.550	334	347
DESPESA OPERACIONAL	25				
Despesas com Vendas		(348.071)	(189.820)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(1.280.470)	(840.961)	(496.475)	(68.915)
Outras Despesas Operacionais		(626.920)	(413.713)	(22.771)	(23.423)
		(2.255.461)	(1.444.494)	(519.246)	(92.338)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(3.272)	(744)	2.638.623	2.466.638
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto		264.493	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		4.082.602	4.303.312	2.119.711	2.374.647
Receitas Financeiras	26	3.210.239	994.995	2.476.610	173.469
Despesas Financeiras	26	(1.957.915)	(1.965.266)	(137.282)	(113.891)
Resultado antes dos Impostos		5.334.926	3.333.041	4.459.039	2.434.225
Imposto de Renda e Contribuição Social	10c	(1.504.093)	(1.111.451)	(119.019)	(143.287)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	440.852	193.860	(68.335)	124.512
RESULTADO DO EXERCÍCIO		4.271.685	2.415.450	4.271.685	2.415.450
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	23	5,01	2,83	5,01	2,83
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	23	5,01	2,83	5,01	2,83

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011 Reclassificado
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.271.685	2.415.450	4.271.685	2.415.450
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	4.671	6.126	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	3.721	5.300
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(1.439)	(1.252)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	489	426	-	-
	<u>(950)</u>	<u>(826)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>4.275.406</u>	<u>2.420.750</u>	<u>4.275.406</u>	<u>2.420.750</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2011	3.412.073	3.953.850	2.873.253	1.209.833	-	27.124	11.476.133
Resultado do Exercício	-	-	-	-	2.415.450	-	2.415.450
Outros resultados abrangentes:							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	6.126	-	-	6.126
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(826)	-	-	(826)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	5.300	-	-	5.300
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido							
Dividendos ordinários (R\$ 1,77 por ação)	-	-	-	-	(1.207.725)	-	(1.207.725)
Dividendos extraordinários (R\$1,25 por ação)	-	-	(850.000)	-	-	-	(850.000)
Dividendo adicional proposto de 2010 pago em 2011 (R\$0,10 por ação)	-	-	(67.086)	-	-	-	(67.086)
Dividendo adicional proposto de 2011 (R\$0,13 por ação)	-	-	86.316	-	(86.316)	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido							
Devolução de recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	(27.124)	(27.124)
Constituição de reservas							
Reserva Legal	-	-	109.210	-	(109.210)	-	-
Retenção de Lucros	-	-	1.141.178	-	(1.141.178)	-	-
Realização de reservas							
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(128.979)	128.979	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.086.154	-	-	11.744.948
Resultado do Exercício	-	-	-	-	4.271.685	-	4.271.685
Outros resultados abrangentes:							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	4.671	-	-	4.671
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(950)	-	-	(950)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	3.721	4.271.685	-	4.275.406
Aumento do Capital Social	853.018	-	(853.018)	-	-	-	-
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido							
Dividendos ordinários	-	-	-	-	(589.976)	-	(589.976)
Dividendos ordinários (R\$ 0,69 por ação)	-	-	-	-	(1.700.000)	-	(1.700.000)
Juros sobre capital próprio (R\$1,99 por ação)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos extraordinários (R\$1,88 por ação)	-	-	(1.600.000)	-	-	-	(1.600.000)
Dividendo adicional proposto de 2011 (R\$0,11 por ação)	-	-	(86.316)	-	-	-	(86.316)
Dividendo adicional proposto de 2012 (R\$0,74 por ação)	-	-	628.131	-	(628.131)	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido							
Constituição de reservas							
Reserva Legal	-	-	170.603	-	(170.603)	-	-
Retenção de Lucros	-	-	1.303.905	-	(1.303.905)	-	-
Realização de reservas							
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(120.930)	120.930	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	4.265.091	3.953.850	2.856.176	968.945	-	-	12.044.062

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas refletem substancialmente as mutações do patrimônio líquido da controladora.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	4.271.685	2.415.450	4.271.685	2.415.450
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	1.063.241	917.591	187.354	18.775
Depreciação e Amortização	1.000.556	982.669	330	370
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	128.084	21.434	-	183
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.272	744	(2.638.623)	(2.466.638)
Juros e Variações Monetárias	(2.074.790)	545.600	(2.364.983)	(99.876)
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	(264.493)	-	-	-
Variação monetária do FIDC	-	-	-	(63.508)
Provisões para Perdas Operacionais	638.840	342.161	363.299	(1.892)
Obrigações Pós-emprego	264.031	286.578	14.710	13.671
Outros	-	85.520	-	(29)
	<u>5.030.426</u>	<u>5.597.747</u>	<u>(166.228)</u>	<u>(183.494)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(354.457)	(540.157)	-	-
Tributos Compensáveis	(131.639)	(167.761)	10.047	34.859
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	133.929	101.276	45.588	(196.865)
Depósitos Vinculados a Litígio	(34.265)	(225.658)	5.018	54.643
Dividendos recebidos de controladas	-	-	2.133.748	2.285.883
Ativo Financeiro	812.046	659.702	-	-
Outras	<u>(446.238)</u>	<u>119.943</u>	<u>13.972</u>	<u>(35.692)</u>
	<u>(20.624)</u>	<u>(52.655)</u>	<u>2.208.373</u>	<u>2.142.828</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	548.622	68.839	279	10.372
Impostos, Taxas e Contribuições	195.987	402.459	(94.640)	44.508
Salários e Contribuições Sociais	(13.359)	28.633	(3.399)	509
Encargos Regulatórios	(41.511)	103.535	-	-
Obrigações Pós-emprego	(233.177)	(160.247)	(10.176)	(9.772)
Outros	<u>224.812</u>	<u>(122.296)</u>	<u>(1.921)</u>	<u>2.321</u>
	<u>681.374</u>	<u>320.923</u>	<u>(109.857)</u>	<u>47.938</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	5.691.176	5.866.015	1.932.288	2.007.272
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(1.208.844)	(1.082.453)	(100.800)	(32.665)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.367.874)	(885.373)	-	(41.604)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.114.458	3.898.189	1.831.488	1.933.003

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(1.360.567)	(37.129)	145.010	(179.945)
Em Ativos Financeiros	(160.256)	(1.025.894)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.497.570	-	1.355.715	-
Aporte em FIDC	-	-	(750.519)	-
Caixa Líquido recebido na diluição de controlada em conjunto	667.891	-	-	-
Aquisição de Controlada em conjunto, líquida do caixa adquirido	(361.147)	-	-	-
Em Investimentos	(115.633)	(177.484)	(65.876)	(411.012)
Em Imobilizado	(598.123)	(924.223)	(31)	-
Em Intangível	(1.670.219)	(1.851.993)	(484)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.100.484)	(4.016.723)	683.815	(590.957)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.195.242	4.255.451	1.081.105	1.000.000
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(6.838.312)	(2.218.500)	(1.018.397)	(368.397)
Aporte em FIDC	-	-	-	(14.075)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(1.747.584)	(2.035.620)	(1.747.584)	(2.035.620)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.390.654)	1.331	(1.684.876)	(1.418.092)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(376.680)	(117.203)	830.427	(76.046)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
No fim do exercício	2.485.810	2.862.490	1.057.122	226.695
(376.680)	(117.203)	830.427	(76.046)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado
RECEITAS				
Venda de Energia, Gás e Serviços	24.447.369	21.227.039	334	347
Receita de Construção de Distribuição	1.445.840	1.412.407	-	-
Receita de Construção de Transmissão	160.257	120.170	-	-
Receita de Construção de Gás	24.856	6.550	-	-
Investimentos em Imobilizado	431.379	538.873	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(315.201)	(163.629)	-	-
	26.194.500	23.141.410	334	347
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.359.153)	(4.600.354)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(1.117.627)	(923.484)	-	-
Serviços de Terceiros	(2.020.030)	(2.039.157)	(22.451)	(12.962)
Gás Comprado para Revenda	(495.114)	(329.105)	-	-
Materiais	(969.401)	(853.809)	(182)	(222)
Provisões Operacionais	(466.605)	(93.982)	(400.613)	1.892
Outros Custos Operacionais	(589.149)	(302.406)	(37.931)	(19.153)
	(12.017.079)	(9.142.297)	(461.177)	(30.445)
VALOR ADICIONADO BRUTO	14.177.421	13.999.113	(460.843)	(30.098)
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(1.000.556)	(973.732)	(330)	(370)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	13.176.865	13.025.381	(461.173)	(30.468)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	264.493	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.272)	(744)	2.638.623	2.466.638
Receitas Financeiras	3.251.864	1.037.343	2.518.276	215.425
	3.513.085	1.036.599	5.156.899	2.682.063
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	16.689.950	14.061.980	4.695.726	2.651.595
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	%	%	%	%
Empregados	1.656.256	9,92	1.540.085	10,95
Remuneração direta	1.206.615	7,23	1.109.400	7,89
Benefícios	352.280	2,11	349.791	2,49
FGTS	64.197	0,38	60.620	0,43
Outras	33.164	0,20	20.274	0,14
			870	0,02
Impostos, Taxas e Contribuições	8.666.467	51,93	7.976.286	56,72
Federais	4.699.287	28,16	4.358.802	31,00
Estaduais	3.956.598	23,71	3.609.622	25,67
Municipais	10.582	0,06	7.862	0,05
			35	-
				55
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.095.542	12,56	2.130.160	15,15
Juros	1.983.939	11,89	2.035.702	14,48
Aluguéis	111.603	0,67	94.458	0,67
			982	0,02
				976
				0,04
Remuneração de Capitais Próprios	4.271.685	25,59	2.415.449	17,18
Juros sobre capital próprio e Dividendos	2.918.107	17,48	2.294.677	16,32
Lucros Retidos	1.353.578	8,11	120.772	0,86
			1.981.709	42,20
				120.772
				4,55
16.689.950	100,00	14.061.980	100,00	2.651.595
				100,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 31 de dezembro de 2012, o Passivo Circulante consolidado da Cemig excedeu o seu ativo circulante consolidado em R\$2.317.293. Esse excesso foi decorrente, principalmente, das transferências para o Passivo Circulante consolidado de empréstimos e financiamentos, em função do não atendimento de cláusulas restritivas dos contratos da Cemig Distribuição e em função do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes, somadas às captações realizadas devido ao aumento do preço médio da energia elétrica comprada para revenda ocasionado pelo maior despacho de usinas térmicas. Com relação às cláusulas restritivas deve ser ressaltado que a Companhia está em processo de obtenção do consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012 e tem a expectativa de obtenção destes consentimentos em 2013, momento no qual a controlada fará a reclassificação dos saldos para o Passivo Não Circulante.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado. A exemplo disso, ressaltamos a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig Distribuidora, realizada em 15 de fevereiro de 2013, no montante de R\$2.160 milhões, com destinação dos recursos para resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Cemig Distribuidora.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto, em operação, em 31 de dezembro de 2012:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto que possui participação em 53 usinas, sendo 47 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em 2009;
 - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;
 - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País. A Taesa possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”), Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”), Abengoa Participações S.A, União de Transmissoras de Energia Elétrica (“UNISA”), Nordeste Transmissora de Energia S.A (“NTE”) e Abengoa Participações Holding S.A. (“Abengoa”);
 - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;
 - Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias de Morgado”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
 - Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca") (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A transmissora entrou em operação em junho de 2011;
- Madeira Energia S.A. ("Madeira") (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver nota explicativa 14.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2012, R\$14.527.352, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 31 de dezembro de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.452.735. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2012, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$1.166.329. O efeito proporcional na Companhia é de R\$116.633. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

- Lightger S.A. ("Light Ger") (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. A entrada em operação ocorreu em maio de 2012.

Controladas e controladas em conjunto da Cemig Geração e Transmissão em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para outubro de 2013;
 - Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
 - Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia”) (controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão e a Light, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A., empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). A Cemig Geração e Transmissão detém 74,5% da Amazônia Energia enquanto a Light detém 25,5% e a previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015.
- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (Controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;
- Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas Controladas e Controladas em Conjunto:
- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
 - Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda, Ganhães Energia S.A. e Renova Energia S.A.;

- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação societária na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.;
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig Geração e Transmissão S.A. participa com 49%;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) - Empresa em fase pré-operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão (49%). Previsão de entrada em operação da primeira máquina em início de 2012;
- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) antiga Lighthidro passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, que tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
- CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“E-Power”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, que tem como objeto principal fabricar veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”. A Light S.A. e CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A., denominada “Kasinski”, são os únicos acionistas da Companhia, cada uma detentora, respectivamente, de 20% e 80% das ações ordinárias nominativas da E-Power.

- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NES), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NES é de 9,8% do capital, com influencia significativa na administração, mas sem controle em conjunto.
- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmin”) (Controlada em conjunto) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Telecomunicações S.A. (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP") (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a Controlada, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE, com participação de 100%;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE") (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.- ("EBTE") (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – ("STC") (Controlada) e Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. – ("Lumitrans") (Controlada);
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE") (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
- Transchile Charrua Transmisión S.A. ("Transchile") (Controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010;

- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 6,42% de participação na Light;
- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes;

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Demonstrações Contábeis individuais. Assim sendo, as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia e as Demonstrações Contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Contábeis.

Em 16 de abril de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 16 – Intangíveis;
- Nota 15 – Depreciação;
- Nota 16 – Amortização;
- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 24 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 29 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Reclassificações de saldos contábeis de 1º de janeiro de 2011 e 31/12/2011

Alguns saldos das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, originalmente emitidas em 26 de março de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Desta forma, a Companhia incorreu em um erro não material e não intencional. Apesar da imaterialidade dos ajustes, individualmente e em conjunto, a Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 2011 para a apresentação nas Demonstrações Contábeis de 2012 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Demonstrações Contábeis que tiveram reclassificações imateriais para uma melhor compreensão dos efeitos:

01/01/2011		Consolidado			Controladora		
Balanço Patrimonial	Nota	Publicado	Ressarcimentos	Ressarcido	Publicado	Ressarcimentos	Ressarcido
Ativo							
Circulante							
Fundos Vinculados	h	-	14.241	14.241	-	190	190
Outros Créditos	h	560.270	(14.241)	546.029	13.889	(190)	13.699
Total do Ativo Circulante		8.085.576	-	8.085.576	552.339	-	552.339
Ativo							
Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	a;b	1.800.567	(582.441)	1.218.126	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	b	7.315.756	356.080	7.671.836	-	-	-
Intangível	b	4.803.687	144.490	4.948.177	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		25.470.258	(81.871)	25.388.387	12.916.713	-	12.916.713
Total do Ativo		33.555.834	(81.871)	33.473.963	13.469.052	-	13.469.052
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	h	1.573.885	(27.657)	1.546.228	-	-	-
Debêntures	h	628.681	27.657	656.338	-	-	-
Total do Passivo Circulante		6.403.358	-	6.403.358	1.604.669	-	1.604.669
Passivo							
Não Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	h	6.244.475	(130.716)	6.113.759	-	-	-
Debêntures	h	4.779.449	130.716	4.910.165	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	a;b	1.065.399	(81.871)	983.528	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante		15.676.343	(81.871)	15.594.472	11.476.133	-	11.476.133
Total do Passivo		22.079.701	(81.871)	21.997.830	2.720.057	-	2.720.057
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		33.555.834	(81.871)	33.473.963	13.469.052	-	13.469.052

2011		Consolidado			Controladora		
Balanço Patrimonial	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo							
Circulante							
Fundos Vinculados	h	-	3.386	3.386	-	99	99
Outros Créditos	h	562.135	(3.386)	558.749	8.801	(99)	8.702
Total do Ativo Circulante		8.531.649	-	8.531.649	683.277	-	683.277
Ativo							
Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	a;b	2.036.086	(800.217)	1.235.869	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	b	8.777.822	308.429	9.086.251	-	-	-
Intangível	b	5.261.181	142.925	5.404.106	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia	h	-	11.931	11.931	-	-	-
Outros Créditos	h	184.367	(11.931)	172.436	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante		28.826.097	(348.863)	28.477.234	13.781.728	-	13.781.728
Total do Ativo		37.357.746	(348.863)	37.008.883	14.465.005	-	14.465.005
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	h	4.382.069	(27.551)	4.354.518	-	-	-
Debêntures	h	3.438.991	27.551	3.466.542	-	-	-
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	h	25.143	(1.642)	23.501	-	-	-
Concessões a Pagar	h	-	7.990	7.990	-	-	-
Outras Obrigações	h	414.049	(6.348)	407.701	-	-	-
Total do Passivo Circulante		12.169.346	-	12.169.346	2.352.548	-	2.352.548
Passivo							
Não Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	h	5.358.450	(103.674)	5.254.776	-	-	-
Debêntures	h	2.599.559	103.674	2.703.233	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	a;b	1.234.023	(348.863)	885.160	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante		13.443.452	(348.863)	13.094.589	367.509	-	367.509
Total do Passivo		25.612.798	(348.863)	25.263.935	2.720.057	-	2.720.057
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		37.357.746	(348.863)	37.008.883	14.465.005	-	14.465.005
Demonstração de Resultado	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita	b;c	15.814.227	(65.511)	15.748.716	347	-	347
Depreciação e Amortização	b;c	(866.977)	(43.342)	(910.319)	-	-	-
Custo Total		(9.956.824)	(43.342)	(10.000.166)	-	-	-
Lucro Bruto		5.857.403	(108.853)	5.748.550	347	-	347
Resultado de Equivalência Patrimonial	b	-	-	-	2.520.216	(53.578)	2.466.638
Despesas Financeiras	b;c	(2.050.786)	85.520	(1.965.266)	(167.469)	53.578	(113.891)
Resultado Antes dos Impostos		3.356.374	(23.333)	3.333.041	2.434.225	-	2.434.225
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	b;c	170.527	23.333	193.860	-	-	-
Resultado do Exercício		2.415.450	-	2.415.450	2.415.450	-	2.415.450
Demonstrações de Resultados Abrangentes	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Resultado do Exercício	h	-	-	-	2.415.450	-	2.415.450
Outros Resultados Abrangentes							
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	h	-	-	-	6.126	(6.126)	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	h	-	-	-	-	5.300	5.300
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	h	-	-	-	(1.252)	1.252	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	h	-	-	-	426	(426)	-
Resultado Abrangente do Período	h	-	-	-	2.420.750	-	2.420.750

2011		Consolidado			Controladora			
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais								
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa								
Impostos de Renda e Contribuição Social	f	(170.527)	1.088.118	917.591	(124.512)	143.287	18.775	
Depreciação e Amortização	f	939.327	43.342	982.669	-	-	-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	f	-	-	-	(2.520.216)	53.578	(2.466.638)	
Juros e Variações Monetárias	f	(782.764)	1.328.364	545.600	(184.280)	84.404	(99.876)	
Variação monetária do FIDC	f	-	-	-	-	(63.508)	(63.508)	
(Aumento) Redução de Ativos								
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	f	432.518	(331.242)	101.276	-	(196.865)	(196.865)	
Aumento (Redução) de Passivos						-	-	
Impostos, Taxas e Contribuições	f	317.304	85.155	402.459	2.904	41.604	44.508	
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	f	245.911	(245.911)	-	(11.769)	11.769	-	
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais								
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	f	-	(1.082.453)	(1.082.453)	-	(32.665)	(32.665)	
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	f	-	(885.373)	(885.373)	-	(41.604)	(41.604)	
Caixa líquido Gerado das atividades operacionais		3.898.189	-	3.898.189	1.933.003	-	1.933.003	
Demonstração do Valor Adicionado		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receitas								
Venda de Energia, Gás e Serviços	d	22.810.729	(1.583.690)	21.227.039	-	-	-	-
Receita de Construção de Distribuição	d	-	1.412.407	1.412.407	-	-	-	-
Receita de Construção de Transmissão	d	-	120.170	120.170	-	-	-	-
Receita de Construção de Gás	d	-	6.550	6.550	-	-	-	-
Investimentos em Imobilizado	d	-	538.873	538.873	-	-	-	-
Insumos Adquiridos de Terceiros								
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.277.980)	(322.374)	(4.600.354)	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	d;g	(830.024)	(93.460)	(923.484)	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	d;g	(1.030.827)	(1.008.330)	(2.039.157)	-	-	-	-
Materiais	d	(97.752)	(756.057)	(853.809)	-	-	-	-
Custo de Construção	d	(1.529.269)	1.529.269	-	-	-	-	-
Provisões Operacionais	d;h	-	(93.982)	(93.982)	-	1.892	1.892	
Outros Custos Operacionais	d;h	(266.349)	(36.057)	(302.406)	(17.261)	(1.892)	(19.153)	
Valor Adicionado Bruto		14.285.794	(286.681)	13.999.113	(30.098)	-	(30.098)	
Retenções								
Depreciação e Amortização	d	(939.327)	(34.405)	(973.732)	-	-	-	-
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	d	13.346.467	(321.086)	13.025.381	(30.468)	-	(30.468)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência								
Resultado de Equivalência Patrimonial	d				2.520.216	(53.578)	2.466.638	
Valor Adicionado a Distribuir	d	14.383.066	(321.086)	14.061.980	2.705.173	(53.578)	2.651.595	
Distribuição do Valor Adicionado								
Empregados								
Remuneração direta	d	1.002.811	106.589	1.109.400	-	-	-	-
Benefícios	d	349.526	265	349.791	-	-	-	-
FGTS	d	60.414	206	60.620	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições								
Federais	d;g	4.779.297	(420.495)	4.358.802	70.041	(149)	69.892	
Estaduais	d	3.609.457	165	3.609.622	-	-	-	-
Municipais	d	7.701	161	7.862	-	-	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros								
Juros	d	2.050.786	(15.084)	2.035.702	167.469	(53.578)	113.891	
Aluguéis	d;g	87.351	7.107	94.458	827	149	976	
Remuneração de Capitais Próprios								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	h	1.207.725	1.086.952	2.294.677	1.207.725	1.086.952	2.294.677	
Lucros Retidos	h	1.207.724	(1.086.952)	120.772	1.207.724	(1.086.952)	120.772	
Valor Distribuído		14.383.065	(321.086)	14.061.979	2.705.173	(53.578)	2.651.595	

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes, em cada uma das entidades que compõem o grupo econômico.
- a) A companhia reclassificou o imposto de renda diferido passivo referente à diferença entre o valor contábil e valor justo apurados nas aquisições após 1º de janeiro de 2009 nas informações consolidadas, anteriormente apresentado de maneira líquida nos ativos adquiridos.
- b) Reclassificação da amortização do ágio relacionado aos ativos da concessão de despesas financeiras para a linha de equivalência patrimonial na demonstração de resultados da controladora.
- c) Reclassificação da amortização mais valia de ativos da concessão de despesas financeiras para a rubrica de depreciação e amortização de aquisições de distribuição e geração e para rubrica de receita de transmissão para ativos de transmissão de energia elétrica.
- d) Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos financeiros de concessão por natureza de gastos na demonstração do valor adicionado.
- e) Alocação dos Juros e Variações Monetárias nos ajustes ao lucro líquido não afetam o caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração do Fluxo de Caixa.
- f) Alocação dos imposto de renda e contribuição social correntes nos ajustes ao lucro líquido não afetam o caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração do Fluxo de Caixa.
- g) Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão: apresentados líquidas dos créditos de PIS-PASEP/COFINS sobre a aquisição e o transporte do insumo em 2011, foi reclassificada para Impostos, Taxas e Contribuições – Federais;
- h) Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas informações Contábeis Intermediárias.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Medida Provisória 579, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como Patrimônio Líquido. O capital preferencial é classificado como Patrimônio Líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do Capital Social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa, Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Contas a Receber do Governo de Minas Gerais, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – A Controlada em conjunto Madeira mantinha instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger o fluxo de caixa e regular as principais exposições de riscos financeiros e a Controlada Cemig Distribuição mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “*hedge* de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “*hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “*hedge* de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Para a utilização do *hedge accounting*, a Madeira ampara-se na sua política classificando os derivativos aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa, ressaltando que sua administração considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

27

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro. Somente são registrados no resultado os custos da infraestrutura que será utilizada durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Para as novas concessões se regista no ativo, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Para as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, a Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos foram integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e que a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida – (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo já baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de geração eólica – Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Os saldos dos ativos, utilizados integralmente durante o período da autorização, são reconhecidos no Ativo Intangível. Estes ativos são amortizados considerando o padrão de consumo dos direitos adquiridos no período da construção, por um prazo não superior ao prazo das respectivas autorizações.

h) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, geração térmica e eólica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

k) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o resarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

I) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as novas concessões de transmissão, é registrada no resultado mensalmente a parcela do faturamento referente ao valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão. A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Também é registrada no resultado a receita de atualização do ativo financeiro constituído em função da construção das linhas.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

o) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

p) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

q) Informação por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

r) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios

s) Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas, sendo que apresentará em maiores detalhes aquelas que julga serem aplicáveis às suas operações:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (4)
 - IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas (2)
 - IFRS 11 Negócios em Conjunto (2)
 - IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades (2)
 - IFRS 13 Mensuração do Valor Justo (2)
 - Modificações à IAS 1 Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1)
 - Modificações à IFRS 7 Divulgação –Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (2)
 - Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (4)
 - Modificações às IFRS 10, 11 e 12 Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (2)
 - IAS 19 (revisada em 2011) Benefícios a Empregados (2)
 - IAS 27 (revisada em 2011) Demonstrações Financeiras Separadas (2)
 - IAS 28 (revisada em 2011) Investimentos em Coligadas e Joint Ventures (2)
 - Modificações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (3)
 - Modificações às IFRSs Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011
 - IFRIC 20 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (2)
- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações contábeis terá um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos seus ativos e passivos financeiros (por exemplo, os ativos financeiros da concessão atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no final dos períodos de reporte subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

Consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações relacionadas -

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas* que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 *Consolidação – Sociedades de Propósito Específico* será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 *Participações em Joint Ventures*. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores* será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com o critério anterior do IAS 31 permitia a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Essas cinco normas, juntamente com as respectivas modificações relacionadas às regras de transição, são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração entende que a aplicação dessas cinco normas trará um efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Todas as entidades controladas em conjunto pela Companhia listadas na nota explicativa 3 (c), estão proporcionalmente consolidadas nestas demonstrações contábeis, e se qualificam como joint ventures de acordo com os requerimentos do IFRS11. Desta maneira, passarão a ser apresentadas pelo método da equivalência patrimonial a partir de 2013.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas em decorrência do novo critério, caso sua adoção fosse no ano de 2012 teriam os seguintes impactos: uma redução do ativo e do passivo total no montante de R\$7.629.866, uma redução no Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos de R\$1.212.689 e uma redução da receita líquida no montante de R\$3.850.380. O resultado do exercício e o Patrimônio Líquido não seriam impactados pela adoção das novas práticas.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Por exemplo, divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigida para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração espera que a adoção dessa nova norma poderá afetar certos valores reportados nas demonstrações contábeis e resultar em divulgações mais abrangentes nas suas demonstrações contábeis.

Modificações à IAS 1

As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

As modificações à IAS 1 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A apresentação dos itens de outro resultado abrangente será modificada apropriadamente na medida em que as modificações sejam adotadas nos períodos contábeis futuros.

Alterações à IFRS 7 e IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

A Administração acredita que a adoção dessas alterações à IAS 32 e IFRS 7 poderá resultar em divulgações adicionais com relação à compensação de ativos e passivos financeiros no futuro.

IAS 19 Benefícios a Empregados

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, as despesas com juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior da IAS 19 foram substituídos por um valor de “juros líquidos”, calculado com base na taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido.

O efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego representará uma redução no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2013 no valor de R\$496.956 (R\$105.637 em 1º de janeiro de 2013). O impacto no resultado de 2013 em decorrência da revisão do Pronunciamento representa uma redução de R\$18.021 na despesa com benefícios pós-emprego em comparação com a despesa que seria registrada em conformidade à antiga prática contábil.

Esse efeito líquido representa diversos ajustes, incluindo os efeitos do imposto de renda: a) reconhecimento integral dos ganhos atuariais por meio de outros resultados abrangentes e redução do déficit líquido do fundo de pensão; b) reconhecimento imediato dos custos de serviços passados no resultado e aumento do déficit líquido do fundo de pensão e c) reversão da diferença entre o ganho resultante da taxa esperada de retorno sobre os ativos do fundo de pensão e a taxa de desconto por meio do lucro abrangente.

Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 (maio de 2012)

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

- alterações à IAS 16 – Imobilizado e
- alterações à IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação.
- alterações à IAS 16

As alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 e de outra forma, como estoque. A Administração não determinou se as alterações à IAS 16 terão um efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- alterações à IAS 32

As alterações à IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro. A Administração entende que as alterações à IAS 32 não terão um efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Pronunciamento não aplicável à Companhia

- IFRIC 20 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície.

t) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1 Demonstrações Contábeis consolidadas.

a) **Controladas e controladas em conjunto**

As Demonstrações Contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O controle conjunto da Companhia é estabelecido por meio de acordo de acionistas, previamente assinado, cujas decisões estratégicas, financeiras e operacionais são tomadas com consentimento unânime entre as partes.

Em algumas companhias controladas em conjunto a Cemig tem mais de 50% do poder de voto, entretanto, existem acordos de acionistas que dão aos acionistas minoritários direitos relevantes que representam o compartilhamento de controle.

b) **Consórcios**

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas de dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o real. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 Efeitos das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas Demonstrações Contábeis são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada ou controlada em conjunto:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	2012		2011	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto					
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Guanhães Energia	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Taesá	Proporcional	-	43,36	-	56,69
Light Ger	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	74,50	-	74,50
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-	100,00	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49,00	-	49,00
Rosal Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-	100,00	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100,00	-	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-	100,00	-
Gasmig	Proporcional	59,57	-	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-	24,50	-
Light	Proporcional	26,06	-	26,06	-
Light SESA	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Esco	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Ger	Integral	-	13,29	-	13,29
Light Soluções em Eletricidade	Integral	-	26,06	-	26,06
Instituto Light	Integral	-	26,06	-	26,06
Itaocara Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Lightcom	Integral	-	26,06	-	26,06
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	6,65	-	6,65
CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos	Proporcional	-	5,21	-	5,21
Axxiom	Proporcional	-	13,29	-	13,29
Transchile	Proporcional	49,00	-	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	39,99	-	39,99
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	39,99	-	39,99
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	25,49	-	25,49
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Empresa Santos Dumont Energia – ESDE	Integral	-	49,98	-	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	-	19,09	-
Empresa de Transmissão Serrana - ETSE	Integral	-	19,09	-	19,09
Axxiom	Proporcional	49,00	-	49,00	-
Parati	Proporcional	25,00	-	25,00	-
Light	Proporcional	-	6,43	-	6,43

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	01/01/2011	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto			
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00
Guanhães Energia	Proporcional	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00
Taesa	Proporcional	-	56,69
Light Ger	Proporcional	-	49,00
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	-
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49,00
Rosal Energia	Integral	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-
Gasmig	Proporcional	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-
Light	Proporcional	26,06	-
Light SESA	Integral	-	26,06
Light Energia	Integral	-	26,06
Light Esco	Integral	-	26,06
Light Ger	Integral	-	13,29
Light Soluções em Eletricidade	Integral	-	26,06
Instituto Light	Integral	-	26,06
Itaocara Energia	Integral	-	26,06
Lightcom	Integral	-	26,06
Axxiom	Proporcional	-	13,29
Transchile	Proporcional	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	-
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	30,82
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	30,82
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	19,65
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	-
Empresa Santos Dumont Energia – ESDE	Integral	-	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	-
Axxiom	Proporcional	49,00	-

4. DAS CONCESSÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Geração	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Usinas Hidrelétricas			
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
São Simão	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	05/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	04/2002	04/2032
Salto Paraopeba	Rio Paraopeba	10/2000	10/2030
Machado Mineiro	Rio Pardo	07/1995	07/2025
Salto do Passo Velho	Rio Capecozinho	10/2000	10/2030
Salto do Voltão	Rio Capecozinho	10/2000	10/2030
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	07/1996	06/2026
Usina Eólica			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado	Aracajú - CE	12/2001	08/2034
Grupo Eólico Renova (14)	Sudoeste da Bahia	08/2011	08/2045
Usinas Termelétricas			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2005	08/2024
Ipatinga	Ipatinga – MG	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas			
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	10/2002	10/2032

Transmissão	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	03/2005	03/2035
EBTE – LT Juína-Brasnorte	Mato Grosso	10/2008	10/2038
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açaílândia	Pará/Maranhão	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	11/2000	11/2030
STC – LT Barra Grande	Santa Catarina	06/2006	06/2036
Lumitrans – LT Machadinho	Santa Catarina	07/2004	07/2034
Taesas - TSN (1)	Goiás/Bahia	12/2000	12/2030
Taesas – Munirah (2)	Bahia	02/2004	02/2034
Taesas – Gtesa (3)	Pernambuco/Paraíba	01/2002	01/2032
Taesas – Patesa (4)	Rio Grande do Norte	12/2002	12/2032
Taesas – NVT (5)	Maranhão/Distrito Federal	12/2000	12/2030
Taesas – ETAU (6)	Santa Catarina/Rio G. do Sul	12/2002	12/2032
Taesas – ETEO (7)	São Paulo	05/2000	05/2030
Taesas – Brasnorte (8)	Mato Grosso	03/2008	03/2038
Taesas – STE (9)	Rio Grande do Sul	12/2002	12/2032
Taesas – ATE (10)	Paraná/São Paulo	02/2004	02/2034
Taesas – ATE II (11)	Tocantins/Piauí/Bahia	03/2005	03/2035
Taesas – ATE III (12)	Tocantins/Pará	03/2006	03/2036
Transchile – LT Charrua – Nueva Temuco	Chile	05/2005	05/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	03/2005	03/2035

Projetos em Andamento – Transmissão

ESDE – LT Barbacena2-Juiz de Fora 1	Minas Gerais	11/2009	11/2039
Taesas – São Gotardo (13)	Minas Gerais	08/2012	08/2042

DISTRIBUIÇÃO
Cemig Distribuição

Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Light SESA e Light Energia			
Região Metropolitana	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026
Grande Rio	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026
Vale do Paraíba	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026

- (1) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.
- (2) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (3) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (4) Paraisó Açu Transmissora de Energia S.A.
- (5) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (6) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S.A.
- (7) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.
- (8) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
- (9) STE – Sul Transmissora de Energia S.A.
- (10) ATE – Transmissora de Energia S.A.
- (11) ATE II – Transmissora de Energia S.A.
- (12) ATE III – Transmissora de Energia S.A.
- (13) São Gotardo Transmissora de Energia S.A.
- (14) Renova Energia S.A.

Abaixo seguem quadros com as autorizações da Renova Energia S.A.:

PCH	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data de Resolução	Capacidade de Produção Instalada
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	14,8 MW
Colino 2	PROINFA	695	25/12/2003	16,0 MW
Colino 1	PROINFA	703	26/12/2003	11,0 MW

Eólico	Ref. Contrato	Portaria MME	Data da Portaria	Capacidade de Produção Instalada
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	695	05/08/2010	8,0 MW
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	691	05/08/2010	9,6 MW
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	LER 03/2009	700	06/08/2010	20,8 MW
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	LER 03/2009	743	19/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	LER 03/2009	696	05/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	LER 03/2009	690	05/08/2010	11,2 MW
Centrais Eólicas Lucílio de Almeida S.A.	LER 03/2009	692	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	LER 03/2009	693	05/08/2010	28,8 MW
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	LER 03/2009	694	05/08/2010	25,6 MW
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	LER 03/2009	699	05/08/2010	24,0 MW
Centrais Eólicas Planáltina S.A.	LER 03/2009	697	05/08/2010	27,2 MW
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	LER 03/2009	698	05/08/2010	6,4 MW
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	LER 03/2009	742	19/08/2010	30,4 MW
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A	LER 03/2009	689	05/08/2010	19,2 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A	LER 05/2010	268	20/04/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A	LER 05/2010	332	27/05/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A	LER 05/2010	330	26/05/2011	28,8 MW
Centrais Eólicas da Prata S.A	LER 05/2010	117	25/03/2011	20,8 MW
Centrais Eólicas dos Araçás S.A	LER 05/2010	241	07/04/2011	30,4 MW
Centrais Eólicas Ventos dos Nordeste S.A	LER 05/2010	161	18/03/2011	22,4 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A	LEN 02/2011	222	13/04/2012	19,2 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A	LEN 02/2011	130	13/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Maron S.A	LEN 02/2011	107	08/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A	LEN 02/2011	171	22/03/2012	17,6 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A	LEN 02/2011	135	14/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A	LEN 02/2011	167	21/03/2012	28,8 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A	LEN 02/2011	172	22/03/2012	9,6 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A	LEN 02/2011	168	21/03/2012	22,4 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A	LEN 02/2011	128	13/03/2012	28,8 MW
Renova Energia S.A. (São Salvador) *	LEN 06/2012	-	-	-

* Aguardando publicação da Portaria

Concessões de Distribuição

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos para a Cemig Distribuição e a cada quatro anos para a Light que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventuais imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Apesar dos contratos de concessão estabelecerem que a Companhia deva manter o equilíbrio econômico-financeiro, não se pode garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente a Companhia e que as receitas e os resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares já mencionados anteriormente, a ANEEL revê os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar) aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia além de vender energia através dos leilões para as distribuidoras através do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas ao invés de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão vigentes, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-parte da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

A partir de 2013, para as concessões de transmissão antigas da Companhia, outorgadas antes do ano 2000, a remuneração se dará sob os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida na Lei nº 12.783), onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia é remunerada pela operação e manutenção desses ativos.

Concessões de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais, as tarifas de gás natural são fixadas, pelo órgão regulador – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, de acordo com o segmento de mercado. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à operação da Concessão. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e uma vez ao ano para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Concessionária.

Além destes reajustes é prevista uma revisão tarifária para julho de 2015. Estas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Companhia e adequar às tarifas. No Contrato de Concessão é prevista também a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 (LEI FEDERAL Nº 12.783)

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (MP 579), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em 11 de janeiro de 2013, que dispõe basicamente sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre modicidade tarifária.

Por meio da MP 579, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançada pelos artigos listados acima impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista dependia ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP 579, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Conforme também previsto, as concessões não prorrogadas nos termos da MP permanecerão com os concessionários nas condições vigentes, sendo que serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos ao final de cada contrato de concessão.

Em consonância com os prazos previstos na MP 579, através das Portarias do Ministério das Minas e Energia, MME nº 578 e nº 579, de 31 de outubro de 2012, foram definidas as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 e as receitas iniciais de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da Medida Provisória nº 579, de 2012, para efeito da antecipação da prorrogação das concessões.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial MME-MF nº 580, foram definidos os valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões. Deve ser ressaltado que os valores de indenização divulgados para a transmissão são parciais, não incluem a indenização prevista para os ativos com data anterior a junho de 2000, cuja definição do valor da indenização está prevista para 2013.

Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações no que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP 579:

Distribuição de energia elétrica

A Companhia requereu a renovação de todos os contratos de concessão de distribuição no Estado de Minas Gerais, ou seja, Cemig Norte nº 002/97, Cemig Sul nº 003/97, Cemig Leste nº 004/97 e Cemig Oeste nº 005/97, todos datados de 10 de julho de 1997, em conformidade com a Portaria DNAEE nº 130, de 17 de abril de 1997, publicada no DOU de 22 de abril de 1997 e prorrogadas pela Portaria nº 125, de 17 de abril de 1997, do Ministro de Estado das Minas e Energia, publicada no DOU de 22 de abril de 1997.

O prazo de vencimento das concessões de distribuição da Cemig Distribuição que serão objeto de renovação por mais 30 anos é fevereiro de 2016.

Considerando que as concessões da Light possuem vencimentos apenas após 2026, as regras introduzidas pela MP 579 não afetam a Companhia neste momento, e nenhum impacto relevante a ser reconhecido foi identificado.

Transmissão de energia elétrica

A Companhia requereu a renovação do contrato de concessão Nº 006/97 – Cemig, referente às instalações de transmissão sob a sua responsabilidade classificadas como integrantes da Rede Básica no Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei no 9.074/95 e regulamentação pertinente.

O valor contábil dos ativos financeiros referentes ao contrato 006/97 correspondiam ao montante de R\$635.209. A indenização prevista na Portaria Interministerial MME nº 580 para os ativos de transmissão da Companhia posteriores a junho de 2000 é de R\$285.438, não sendo ainda divulgado, conforme comentário anterior, o valor da indenização para os ativos de transmissão anteriores a junho de 2000. Tendo em vista que a Companhia, em conformidade aos critérios previstos na MP 579, tem direito a indenização do total dos ativos ainda não depreciados e ainda não foi divulgado pela Aneel o valor efetivo da indenização, a Companhia estimou os valores da indenização, utilizando como referência a Nota Técnica da Aneel nº 387/2012, onde são apresentados estudos para definição do VNR das instalações de transmissão, sendo estimada a indenização total da Cemig em R\$827.519. A diferença entre os valores contábeis e o valor estimado de indenização foi registrado pela Companhia como um ganho no resultado do exercício de 2012, no valor de R\$192.310.

A indenização anunciada de R\$285.438 para os ativos de transmissão posteriores a junho de 2000 foi recebida em janeiro de 2013, sendo que a indenização da parcela restante, no montante estimado de R\$542.081, tem o seu recebimento previsto para um período de 30 anos, conforme critérios a serem ainda definidos pelo Poder Concedente.

As concessões de transmissão da Taesa e da TBE não são enquadradas dentro da MP 579, não tendo impactos relacionados ao VNR a serem reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não renovar as concessões de geração de energia elétrica para as centrais geradoras relacionadas abaixo, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97- Cemig Geração, como segue:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 31/12/12	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 31/12/12
UHE Três Marias	07/2015	396,00	53.094	429.438
UHE Volta Grande	02/2017	380,00	29.753	83.011
UHE Salto Grande	07/2015	102,00	13.780	43.619
UHE Itutinga	07/2015	52,00	2.923	10.621
UHE Camargos	07/2015	46,00	4.857	21.662
PCH Piau	07/2015	18,01	1.616	11.518
PCH Gafanhoto	07/2015	14,00	1.987	16.122
PCH Peti	07/2015	9,40	1.878	9.613
PCH Tronqueiras	07/2015	8,50	2.082	13.980
PCH Joasal	07/2015	8,40	1.685	10.182
PCH Martins	07/2015	7,70	472	3.385
PCH Cajuru	07/2015	7,20	4.042	4.960
PCH Paciência	07/2015	4,08	1.113	5.520
PCH Marmelos	07/2015	4,00	959	5.953
PCH Dona Rita	07/2015	2,41	702	3.501
PCH Sumidouro	07/2015	2,12	2.177	1.697
PCH Anil	07/2015	2,08	491	185
PCH Poquim	07/2015	1,41	2.490	4.546
		1.065,31	126.101	679.513

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 01 de janeiro de 2009, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem em 31 de dezembro de 2012 ao valor de R\$1.031.629 e com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R\$1.304.712. Conforme consta dos contratos de concessão, a Cemig GT terá direito a indenização dos ativos não depreciados ao término das concessões, o que na interpretação da Companhia, ocorrerá após a prorrogação mencionada no parágrafo anterior.

As demais concessões de geração do Grupo Cemig não são enquadradas dentro da MP 579, portanto, sem impacto a ser reconhecido em suas demonstrações financeiras.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2012	Valor Presente em 2012	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	390.716	138.484	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	32.603	11.547	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.457	3.238	01/2004 a 12/2032	IGPM
Baguari (Consórcio)	5.425	2.252	09/2009 a 09/2042	IPCA
Itaocara (Consórcio)	71.481	32.635	Até 09/2036	IGPM

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um Ativo Intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado, Baguari em 2012 corresponderam a R\$6.105, R\$1.360, R\$389, e R\$180 , respectivamente. Não houve pagamentos de parcelas ao poder concedente referente à usina Itaocara.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$13.919, R\$1.370, R\$395, e R\$259, (valor nominal de R\$14.740, R\$1.454, R\$420, e R\$190), respectivamente.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela Cemig dos seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição para as IFRS.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2012 e 2011 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DESCRICAÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 31/12/2012							TOTAL
	GERAÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	
ATIVO INVESTIMENTO	12.913.433	9.928.623	14.156.560	937.528	421.795	2.738.600	(323.425)	40.773.114
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	804.340	(178.574)	1.445.841	155.368	32.244	892	-	2.260.110
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	4.556.378	1.680.311	11.721.547	625.167	136.151	294.383	(553.562)	18.460.375
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(767.371)	-	(5.274.886)	-	-	(180.697)	271.682	(5.951.272)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(286.375)	(229)	(972.415)	-	-	-	248.623	(1.010.596)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(495.114)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(1.053.946)	(229)	(6.247.301)	(495.114)	-	(180.697)	520.305	(7.456.982)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(193.672)	(142.710)	(911.233)	(21.200)	(38.885)	(53.096)	-	(1.360.796)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(40.281)	(23.476)	(164.186)	-	(1.477)	(14.235)	-	(243.655)
Obrigação Pós-Emprego	(20.155)	(9.837)	(93.888)	-	-	(10.111)	-	(133.991)
Materiais	(9.910)	(9.839)	(57.846)	(1.002)	(178)	(3.760)	-	(82.535)
Serviços de Terceiros	(170.194)	(96.901)	(807.304)	(8.249)	(22.338)	(50.777)	28.285	(1.127.478)
Depreciação e Amortização	(388.777)	(4.426)	(494.243)	(20.304)	(36.050)	(56.756)	-	(1.000.556)
Provisões Operacionais	1.647	3.808	(386.168)	(147)	(258)	(400.688)	-	(781.806)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(186.384)	-	-	-	-	-	-	(186.384)
Custo de Construção	-	-	(159.497)	(1.445.841)	(24.856)	-	-	(1.630.194)
Outras	(11.148)	(41.327)	(371.170)	(3.077)	(18.967)	(90.900)	4.972	(634.617)
Total Custo de Operação	(1.121.874)	(484.205)	(4.731.879)	(78.835)	(118.153)	(680.323)	33.257	(7.182.012)
CUSTO TOTAL	(2.175.820)	(484.434)	(10.979.180)	(573.949)	(118.153)	(861.020)	553.562	(14.638.994)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equív. Patrim. E Financeiro	2.380.558	1.195.877	742.367	51.218	17.998	(566.637)	-	3.821.381
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	-	259.325	5.168	-	-	-	-	264.493
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.272)	-	-	-	-	-	-	(3.272)
Receita Financeira	131.046	156.232	327.482	31.476	10.767	2.553.236	-	3.210.239
Despesa Financeira	(429.091)	(564.206)	(727.146)	(12.415)	(13.182)	(211.875)	-	(1.957.915)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.079.241	1.047.228	347.871	70.279	15.583	1.774.724	-	5.334.926
Imposto de Renda e Contribuição Social	(612.031)	(107.245)	(428.719)	(14.370)	(3.626)	(358.102)	-	(1.504.093)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.747	(123.425)	373.850	(477)	(2.080)	137.237	-	440.852
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.522.957	816.558	293.002	55.432	9.877	1.573.859	-	4.271.685

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 RECLASIFICADO									
	DESCRÍÇÃO	GERAÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO INVESTIMENTO	12.103.518 971.930	8.711.290 1.030.220	13.127.829 1.857.354	853.612 83.873	419.934 35.885	14.702.378 332	(12.909.678)	-	37.008.883 3.979.594
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.782.538	1.290.026	10.548.216	457.678	125.780	49.678	(505.200)	-	15.748.716
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA									
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS									
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(586.767)	-	(3.920.780)	-	-	-	(48)	229.615	(4.277.980)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(268.478)	(186)	(811.510)	-	-	-	(1)	250.151	(830.024)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(329.105)	-	-	-	-	(329.105)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(855.245)	(186)	(4.732.290)	(329.105)	-	-	(49)	479.766	(5.437.109)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS									
Pessoal e Administradores	(176.019)	(136.987)	(888.793)	(18.996)	(28.206)	(49.650)	-	-	(1.248.651)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(35.327)	(20.041)	(148.298)	-	(2.005)	(15.390)	-	-	(221.061)
Obrigação Pós-Emprego	(18.671)	(9.113)	(87.481)	-	-	(8.495)	-	-	(123.700)
Materiais	(11.290)	(12.324)	(72.001)	(11.250)	(385)	(502)	-	-	(97.752)
Serviços de Terceiros	(131.227)	(71.800)	(801.536)	(6.289)	(21.226)	(18.361)	19.612	(1.030.827)	(1.030.827)
Depreciação e Amortização	(408.998)	(5.825)	(504.459)	(22.129)	(35.175)	(6.083)	-	-	(982.669)
Provisões Operacionais	(5.961)	(2.892)	(249.358)	-	(1.040)	1.640	-	-	(257.611)
Compensoação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(153.979)	-	-	-	-	-	-	-	(153.979)
Custo de Construção	(10)	(116.862)	(1.412.396)	-	-	-	(1)	-	(1.529.269)
Outras	(60.339)	(35.547)	(235.789)	(5.375)	(16.282)	(14.522)	5.822	(362.032)	(362.032)
Total Custo de Operação	(1.001.821)	(411.391)	(4.350.111)	(54.039)	(104.319)	(111.304)	25.434	(6.007.551)	
CUSTO TOTAL	(1.857.066)	(411.577)	(9.082.401)	(383.144)	(104.319)	(111.353)	505.200	(11.444.660)	
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	1.925.472	878.449	1.465.815	74.534	21.461	(61.675)	-	-	4.304.056
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	(744)	-	-	-	-	-	-	-	(744)
Resultado de Equivalência Patrimonial	178.187	130.261	361.972	25.730	10.712	288.133	-	-	994.995
Receita Financeira	(462.246)	(500.148)	(712.424)	(11.885)	(13.311)	(265.252)	-	-	(1.965.266)
Despesa Financeira	1.640.669	508.562	1.115.363	88.379	18.862	(38.794)	-	-	3.333.041
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(460.157)	(82.749)	(382.905)	(20.160)	(5.566)	(159.914)	-	-	(1.111.451)
Imposto de Renda e Contribuição Social	57.914	(61.744)	68.624	-	4.776	124.290	-	-	193.860
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.238.426	364.059	801.082	68.219	18.072	(74.418)	-	-	2.415.450

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Contas Bancárias	156.900	157.890	94.605	6.065	6.664	10.164
Aplicações Financeiras						
Certificados de Depósitos Bancários	2.249.572	2.345.877	2.516.342	1.046.728	191.004	289.642
Notas do Tesouro Nacional	-	26.413	-	-	1.603	-
Letras Financeiras - Bancos	-	176.510	-	-	18.364	-
Outros	79.338	155.800	368.746	4.329	9.060	2.935
	2.328.910	2.704.600	2.885.088	1.051.057	220.031	292.577
	<u>2.485.810</u>	<u>2.862.490</u>	<u>2.979.693</u>	<u>1.057.122</u>	<u>226.695</u>	<u>302.741</u>

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de Mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que variam entre 97% a 105%, conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº28 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Aplicações Financeiras						
Circulante						
Certificados de Depósitos Bancários	990.626	358.987	321.858	3.845	180.000	55
Letras Financeiras do Tesouro	20.722	-	-	-	-	-
Letras Financeiras - Bancos	360.510	-	-	19.276	-	-
Letras do Tesouro Nacional	80.267	-	-	-	-	-
Debentures	67.273	-	-	3.979	-	-
Outros	38.406	-	-	263	-	-
	1.557.804	358.987	321.858	27.363	180.000	55
Não Circulante						
Certificados de Depósitos Bancários	26.476	-	-	4	-	-
Letras Financeiras - Bancos	78.976	-	-	6.017	-	-
Debentures	1.717	-	-	123	-	-
Outros	54.581	-	-	1.483	-	-
	161.750	-	-	7.627	-	-
	<u>1.719.554</u>	<u>358.987</u>	<u>321.858</u>	<u>34.990</u>	<u>180.000</u>	<u>55</u>

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na nota explicativa nº 28.

8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado				Total		
	Saldo a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2012			
				2012	2011	01/01/2011	
Residencial	615.076	247.481	282.330	1.144.887	1.188.883	1.022.724	
Industrial	505.814	91.991	164.108	761.913	786.556	710.708	
Comércio, Serviços e Outras	373.361	69.751	191.651	634.763	563.845	465.870	
Rural	71.330	23.736	29.446	124.512	114.770	101.716	
Poder Público	117.023	17.121	60.963	195.107	157.106	138.657	
Iluminação Pública	43.621	5.320	22.111	71.052	94.092	84.638	
Serviço Público	60.022	11.916	48.078	120.016	182.812	193.987	
Subtotal – Consumidores	1.786.247	467.316	798.687	3.052.250	3.088.064	2.718.300	
Suprimento a Outras Concessionárias	213.024	43.593	6.395	263.012	241.521	195.082	
Suprimento Energia de Curto Prazo	62.354	-	7.680	70.034	-	-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(723.488)	(723.488)	(621.269)	(555.090)	
	2.061.625	510.909	89.274	2.661.808	2.708.316	2.358.292	
Ativo Circulante				2.346.520	2.549.546	2.262.585	
Ativo Não Circulante				315.288	158.770	95.707	

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		
	2012	2011	01/01/2011
Residencial	252.594	316.954	248.835
Industrial	253.736	106.255	97.875
Comércio, Serviços e Outras	158.763	152.240	116.476
Rural	16.078	16.359	17.334
Poder Público	21.606	5.529	25.683
Iluminação Pública	11.261	11.808	18.512
Serviço Público	9.450	12.124	30.375
	723.488	621.269	555.090

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2012 e 2011 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2011	555.090
Constituição de Provisão	163.629
Baixa de Contas a Receber	(97.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	621.269
Constituição de Provisão	315.201
Baixa de Contas a Receber	(212.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	723.488

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
ICMS a Recuperar	187.179	153.306	223.395	3.429	3.843	3.843
PIS-PASEP	17.270	32.828	26.730	-	-	-
COFINS	138.659	156.852	116.723	57.282	67.342	-
Outros	16.956	11.140	7.582	1.389	1.385	1.390
	360.064	354.126	374.430	62.100	72.570	5.233
Não Circulante						
ICMS a Recuperar	275.189	243.030	84.746	4.754	4.334	426
PIS-PASEP	29.684	14.515	55.137	-	-	-
COFINS	140.354	70.404	-	3	-	-
Outros	66	-	-	-	-	-
	445.293	327.949	139.883	4.757	4.334	426
	805.357	682.075	514.313	66.857	76.904	5.659

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2013.

A Controladora habilitou, em 2011, crédito junto à Receita Federal do Brasil para restituição dos valores do FINSOCIAL (COFINS), indevidamente recolhidos nos períodos de setembro de 1989 a fevereiro de 1991, em função da declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigasse a Companhia à majoração das alíquotas estabelecidas pela legislação. A atualização financeira, no montante de R\$67.342, foi reconhecida no resultado do exercício de 2011.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2012 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante						
Imposto de Renda	194.562	171.294	353.196	-	-	-
Contribuição Social	68.830	49.466	136.617	-	-	-
	263.392	220.760	489.813	-	-	-
Não Circulante						
Imposto de Renda	31.899	21.223	66.439	25.462	17.211	63.120
Contribuição Social	2.449	2.382	16.999	2.449	2.337	16.997
	34.348	23.605	83.438	27.911	19.548	80.117
	297.740	244.365	573.251	27.911	19.548	80.117

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Créditos Tributários						
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	366.182	409.121	568.722	285.629	337.861	260.966
Provisões	145.952	141.921	128.166	42.057	55.697	56.354
Obrigações Pós-Emprego	390.634	369.306	349.989	21.894	19.807	18.105
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	248.526	211.928	191.866	7.628	8.629	8.899
Ágio na incorporação de controlada	103.919	328.680	84.166	-	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.249	180.623	143.109	-	-	-
Concessão Onerosa	65.615	61.941	57.330	-	-	-
Ativo Regulatório não reconhecido pelo IFRS	230.048	-	-	-	-	-
Outros	50.304	145.378	119.219	2.204	2.455	1.148
Total	1.780.429	1.848.898	1.642.567	359.412	424.449	345.472
Obrigações Diferidas						
Custo de Captação	(5.476)	(4.303)	(3.257)	(2.058)	-	-
Variação cambial	(20.485)	(17.645)	(17.253)	-	-	-
Custo atribuído	(385.024)	(520.981)	(565.637)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(84.146)	(80.741)	(79.835)	-	-	-
Ajustes aplicação ICPC01 – Contratos de Concessão	(236.427)	(315.271)	(178.228)	-	-	-
Encargos Capitalizados	(27.261)	(21.248)	(5.390)	-	-	-
Passivo Regulatório não reconhecido pelo IFRS	-	(82.078)	(48.594)	-	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(6.638)	(4.143)	(3.678)	-	-	-
Ganho Indenização Transmissoras	(80.844)	-	-	-	-	-
Ágio	(430.204)	(451.352)	(500.569)	-	-	-
Outros	-	(427)	(5.528)	-	-	-
Total	(1.276.505)	(1.498.189)	(1.407.969)	(2.058)	-	-
Total Líquido	503.924	350.709	234.598	357.354	424.449	345.472
Total do Ativo	1.451.794	1.235.869	1.218.126	357.354	424.449	345.472
Total do Passivo	(947.870)	(885.160)	(983.528)	-	-	-

(1) Referente ao imposto de renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de março de 2013, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2013	395.245	63.531
2014	357.480	33.082
2015	184.409	36.986
2016	198.038	50.615
2017 a 2018	276.800	91.987
2019 a 2020	209.966	67.341
2021 e 2022	158.491	15.870
	1.780.429	359.412

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes dos Impostos	5.334.926	3.333.041	4.459.039	2.434.225
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.813.875)	(1.133.234)	(1.516.073)	(827.637)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	(1.112)	(253)	762.118	701.157
Contribuições e Doações Indedutíveis	(8.836)	(8.227)	(406)	(1.153)
Incentivo Fiscal	33.383	28.585	983	2.330
Créditos Fiscais não Reconhecidos	33.859	(1.638)	(89)	(13)
Ganho na Emissão de Ações	89.928	-	-	-
Amortização de Ágio	-	-	(12.177)	(12.235)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	11.609	(2.769)	1.095	123
Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	119.850	-	119.850
Juros sobre capital próprio	578.000	-	578.000	-
Baixa ICMS TUSD Termo Compromisso CEMIG E Estado	(2.881)	-	-	-
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	31.907	32.407	-	-
Outros	(15.223)	47.688	(805)	(1.197)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(1.063.241)	(917.591)	(187.354)	(18.775)
Alíquota Efetiva	19,93%	27,53%	4,20%	0,77%
Imposto Corrente	(1.504.093)	(1.111.451)	(119.019)	(143.287)
Imposto Diferido	440.852	193.860	(68.335)	124.512

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da Taesa o benefício fiscal relativo à redução de 75% do Imposto de Renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre capital próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS e COFINS.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Trabalhista	264.558	206.971	212.142	27.034	24.389	46.142
Obrigações Fiscais						
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.010	14.774	-	-	-
ITCD	120.535	115.918	48.413	120.096	115.918	48.413
PASEP/COFINS (a)	725.343	719.470	554.402	-	-	-
Outros	107.061	59.209	14.499	44.219	34.696	13.180
	967.713	908.607	632.088	164.315	150.614	61.593
Outros						
Regulatório	33.151	45.262	52.173	12.704	21.070	38.590
Responsabilidade Civil	7.127	5.586	5.586	-	-	-
Cível	679	13.732	8.409	6.464	7.165	5.167
Recon	2.366	13.392	1.769	74	11.653	68
Bloqueio Judicial	110.198	91.685	55.001	55.688	50.172	37.754
Outros (b)	34.483	102.476	60.038	4.423	10.657	6.203
	188.004	272.133	182.976	79.353	100.717	87.782
	1.420.275	1.387.711	1.027.206	270.702	275.720	195.517

- (a) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 18.
- (b) Refere-se principalmente a valores bloqueados pela justiça, relativo a processos diversos.

12. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

a) Contrato CRC

O saldo credor, remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em 1995, por meio de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do Contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC por meio da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este Acordo foi aprovado pela Assembleia Extraordinária de Acionistas, finalizada em 12 de janeiro de 2006.

De acordo com o Quarto aditivo, o Governo do Estado amortizaria o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035.

68

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a Cemig aportou os créditos da CRC em um FIDC. O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador, com base em projeções financeiras de longo prazo da Cemig, estimando-se os dividendos que seriam retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado, naquela data, pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por Instituições Financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela Cemig.

As quotas subordinadas foram subscritas pela Cemig e corresponderam à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas correspondeu à diferença entre a valorização do FIDC, a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

De forma a viabilizar a quitação antecipada do Contrato da CRC, conforme descrito em mais detalhes no item “c”, a Companhia em 05 de dezembro de 2012 recomprou as quotas seniores e promoveu em 17 de dezembro de 2012 a liquidação do FIDC, mediante dação em pagamento dos recebíveis ao preço registrado no FIDC de R\$1.785.045 (R\$695.340 cotas seniores e R\$1.089.705 cotas subordinadas), conforme autorizado pelo Conselho de Administração.

CEMIG

A composição do FIDC no ano anterior era conforme segue:

	2012	2011	01/01/2011
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	-	819.996	890.517
- Quotas subordinadas de propriedade da Cemig	-	1.001.179	938.704
- Dividendos retidos pelo Fundo	-	8.900	7.867
		1.010.079	946.571
TOTAL	-	1.830.075	1.837.088

A movimentação do FIDC no ano de 2012 foi como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.837.088
Atualização monetária das quotas seniores	102.712
Atualização monetária das quotas subordinadas	63.508
Aporte nas quotas subordinadas	14.079
Amortização das quotas seniores	(187.308)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.830.079
Atualização monetária das quotas seniores	72.378
Atualização monetária das quotas subordinadas	92.707
Aporte nas quotas subordinadas	55.200
Amortização das quotas seniores	(197.059)
Retenção de Imposto de Renda na Fonte e IOF	(55.191)
Saldo de caixa resgatado	(13.069)
Liquidação do FIDC	(1.785.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

c) Negociação para quitação antecipada da CRC

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Companhia celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia.

No termo de Compromisso, o Estado de Minas Gerais reconhece e declara o débito de sua responsabilidade em função do Contrato CRC, no valor de face de R\$6.282.551, data base de 31 de outubro de 2012, e que após a aplicação de 35%, totalizou o montante de R\$4.083.658. Este montante foi corrigido e acrescido dos juros previstos no Contrato CRC até a data do efetivo pagamento, considerando o prazo limite de até 30 dias úteis a partir do ingresso dos recursos, de cada operação de crédito do Estado de Minas Gerais que viabilizou a operação. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$4.083.658 acrescido de juros e correção monetária perfazia um total de R\$4.167.907, que deduzido o valor do contas a receber registrado na Companhia após a recompra das quotas do FIDC no valor de R\$1.785.045, gerou um ganho financeiro de R\$2.382.862, registrado no resultado do exercício de 2012.

Dentro do processo de negociação da liquidação antecipada da CRC e das condições necessárias exigidas para a aprovação da operação pelo Governo Federal, a Companhia acordou um Termo de Conciliação para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC. Nesse contexto, o Estado reteve parte dos valores que deveriam ser repassados à Companhia e repassou à União o

montante de R\$403.162 referente ao Termo mencionado, conforme mais detalhes na Nota Explicativa nº 23 – Provisões.

A movimentação dos valores da CRC foram como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo do contas a receber da CRC após a recompra das quotas do FIDC	1.785.045
Atualização monetária do contrato em conformidade as condições pactuadas com o Estado	2.382.862
Valores líquidos quitados pelo Estado	(1.745.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.422.099

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2012 foi quitado pelo Governo do Estado em 27 e 28 de fevereiro de 2013.

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

70

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), os contratos de concessão de distribuição, transmissão e gás da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 4, a Companhia aceitou a renovação da concessão de transmissão da controlada sendo os ativos revertidos ao Poder Concedente e estabelecida indenização para os ativos.

CEMIG

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		
	2012	2011	01/01/2011
Concessões de Distribuição	5.268.609	3.331.311	2.509.339
Concessões de Gás	355.240	304.616	287.425
Concessões de Transmissão novas	6.405.465	5.812.021	4.755.707
Concessões de Transmissão antigas	177.901	758.338	744.697
	12.207.215	10.206.286	8.297.168
Ativo Circulante	1.040.720	1.120.035	625.332
Ativo não Circulante	11.166.495	9.086.251	7.671.836

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.206.286
Adição	160.256
Aquisição de Controladas	555.748
Atualização Financeira	896.167
Diluição de Participação na TAESA	(839.413)
Recebimentos	(812.046)
Transferências	1.847.906
Ganho Líquido na Indenização dos Ativos	192.311
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.207.215

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Mas detalhes vide nota explicativa nº 4.

A Companhia entende que os ativos financeiros de gás serão indenizados pelo poder concedente, ou seja, o Governo do Estado de Minas Gerais, ao final da concessão, indenizará o valor dos investimentos realizados nos últimos cinco anos da concessão. Para os saldos dos ativos financeiros determinados pelos demais bens vinculados à concessão, a Companhia entende, suportada por Nota Jurídica emitida pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, que serão sujeitos a indenização, no advento do término da concessão, por uma das opções seguintes: (i) pelo novo concessionário, em caso de não renovação da concessão; (ii) pela prorrogação do contrato de concessão, a fim de que se promova o reequilíbrio contratual em prazo razoável e necessário para que se opere a amortização dos ativos que lastream os referidos ativos financeiros; e (iii) por meio de aditamento contratual que retifique a cláusula de indenização para garantir a indenização dos bens não amortizados ao final da concessão. Essas opções ainda estão em processo de definição pelo poder concedente.

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora		
	2012	2011	2012	2011	01/01/2011
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.494.981	5.086.076	5.050.645
Cemig Distribuição	-	-	2.463.149	2.656.463	2.376.898
Light	-	-	1.149.109	1.160.184	1.210.896
Cemig Telecom	-	-	247.976	287.909	287.718
Gasmig	-	-	508.077	444.991	444.043
Gasmig (investimento em curso)	-	67.223	-	67.223	-
Rosal Energia	-	-	145.252	158.676	159.646
Sá Carvalho	-	-	123.898	123.571	121.843
Horizontes Energia	-	-	77.404	73.203	70.017
Usina Térmica Ipatinga	-	-	25.895	37.577	36.865
Cemig PCH	-	-	91.866	95.228	93.145
Cemig Capim Branco Energia	-	-	125.568	42.592	34.797
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	26.516	24.020	24.040
UTE Barreiro	-	-	33.022	23.034	7.695
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	13.542	13.150	12.937
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	12.368	239	108291
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	11.528	10.525	10.602
Transchile	-	-	47.840	42.850	28.908
Efficientia	-	-	10.954	11.334	8.944
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	6.006	6.348	6.281
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	21.329	20.912	17.953
Cemig Trading	-	-	21.652	13.008	7.416
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	131.656	132.203	124.242
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	304.432	307.211	299.922
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	72.853	73.432	63.928
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	670.304	672.559	656.517
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	42.677	44.983	46.765
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	4.958	4.253	2.970
Cemig Serviços	-	-	1.421	2.310	45
Norte Energia	225.599	109.517	366.915	358.459	-
	225.599	176.740	12.253.148	11.994.523	11.313.969

Ágio na aquisição de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre basicamente da mais valia das concessões e esta apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	2011	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Aquisições, aportes e redução de capital	Dividendos	2012
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	1.919.485	(703)	-	(1.509.877)	5.494.981
Cemig Distribuição	2.656.463	191.366	-	-	(384.680)	2.463.149
Cemig Telecom	287.909	5.067	-	-	(45.000)	247.976
Rosal Energia	158.676	10.485	-	-	(23.909)	145.252
Sá Carvalho	123.571	28.951	-	-	(28.624)	123.898
Gasmig (*)	444.991	54.702	-	65.080	(56.696)	508.077
Gasmig - investimento em curso (*)	67.223	-	-	(67.223)	-	-
Horizontes Energia	73.203	13.298	-	-	(9.097)	77.404
Usina Térmica Ipatinga	37.577	10.962	-	(15.000)	(7.644)	25.895
Cemig PCH	95.228	15.264	-	-	(18.626)	91.866
Cemig Capim Branco Energia	42.592	41.845	-	82.051	(40.920)	125.568
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	5.188	-	-	(2.692)	26.516
UTE Barreiro	23.034	10.649	-	-	(661)	33.022
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	2.368	-	-	(1.976)	13.542
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	6.705	-	-	5.424	12.368
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	2.325	-	-	(1.322)	11.528
Transchile	42.850	565	4.425	-	-	47.840
Efficientia	11.334	7.219	-	-	(7.599)	10.954
Central Termelétrica de Cogeração	6.348	374	-	-	(716)	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	4.088	-	(3.671)	-	21.329
Light	1.160.184	103.271	-	-	(114.346)	1.149.109
Cemig Trading	13.008	31.460	-	-	(22.816)	21.652
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	132.203	18.142	-	-	(18.689)	131.656
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	307.211	38.718	-	-	(41.497)	304.432
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	73.432	9.853	-	-	(10.432)	72.853
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	672.559	83.905	-	-	(86.160)	670.304
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	44.983	4.843	-	-	(7.149)	42.677
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.253	845	-	-	(140)	4.958
Cemig Serviços	2.310	(889)	-	-	-	1.421
Parati	358.459	17.569	-	-	(9.113)	366.315
	11.994.523	2.638.623	3.722	61.237	(2.444.957)	12.253.148

(*) Aquisição complementar de participação na Gasmig

O Conselho de Administração autorizou, em 27 de dezembro de 2011, a aquisição de ações preferenciais nominativas, representativas de 4,38% do capital total da Gasmig, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$67.223, correspondente a um preço por ação de aproximadamente R\$3,75, ajustado ao valor de um Laudo de Avaliação Independente, elaborado por instituição especializada, escolhida e contratada pela Cemig.

Após a elaboração do laudo, foi constado que a participação adquirida vale R\$65.081, representando um pagamento efetuado a maior de R\$2.142, a ser restituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, registrado em “outros créditos”. A operação foi concretizada em 09 de julho de 2012, sendo que a partir desta data a Companhia passou a deter a participação de 59,57% da Gasmig.

Os valores justos reconhecidos na aquisição são como segue:

Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.796
Consumidores e Revendedores		12.446
Outros Créditos		9.157
Ativo Financeiro da Concessão		24.929
Intangível		48.348
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos		(9.326)
Outras Obrigações		(22.269)
Ativos líquidos adquiridos		65.081
Caixa despendido		65.081

- b) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2012			Janeiro a dezembro de 2012	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.463.149	384.680	191.366
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.494.981	1.509.877	1.919.485
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.264.677	438.749	481.352
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	247.976	45.000	9.878
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	134.201	23.909	16.010
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	123.898	28.624	28.951
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	808.466	95.176	97.391
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	77.404	9.097	13.298
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	25.895	7.644	10.962
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	91.866	18.626	15.264
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	125.568	40.920	41.845
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	106.065	10.768	21.609
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	33.022	661	10.649
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	56.423	8.233	11.644
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	12.368	-	6.705
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	47.052	5.396	10.027
Transchile	56.407.271	49,00	123.957	97.633	-	1.333
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	10.954	7.599	7.219
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.006	716	374
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.821	-	8.017
Cemig Trading	160.297	100,00	160	21.652	22.816	31.460
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	49,98	89.390	177.954	37.391	46.485
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	160.337	369.372	83.012	113.805
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	49,99	36.941	83.926	20.868	24.141
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	49,98	355.697	863.941	172.381	239.667
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	118.013	37.443	40.574
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	10.118	140	1.293
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	1.421	-	(888)
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.467.660	36.452	71.489

Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, a Cemig Geração e Transmissão celebrou um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a sua controlada em conjunto Taesa, por meio do qual foi transferida para aquela Companhia, a totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig Geração e Transmissão na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passou a deter 74,49% da EBTE (considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa possui 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo).

75

Neste mesmo acordo, a Cemig transferiu para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos acima indicados ainda está sujeita à implementação de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, destacando-se a anuência dos credores da Companhia, e a aprovação da operação pela ANEEL. Além disso, a referida aquisição deverá ser aprovada pelo CADE.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela Cemig. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE (formado pelas empresas EATE, ETEP, ENTE, EBTE E ERTE), desde que transfira à Cemig a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

CEMIG

Instrumento particular de assunção de obrigações – alteração acordos de acionistas

Em 29 de junho de 2012, a controlada em conjunto indireta Taesa, juntamente com a Alupar Investimento S.A. (controladora em conjunto com a Cemig e com a Cemig Geração e Transmissão das empresas do Grupo TBE), assinou instrumento particular de assunção de obrigações (“Instrumento”). O Instrumento determina que em 02 de janeiro de 2013 (ou na data da transferência das participações nas empresas do Grupo TBE para a Taesa, o que ocorrer por último), entrem em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE e que as alterações dos respectivos estatutos sejam votadas pela Alupar Investimento S.A. e pela Taesa. Com base no exposto, a Taesa entende que deixará de deter o controle compartilhado das empresas do Grupo TBE quando os referidos acordos de acionistas aditados entrarem em vigor, passando deter influência significativa nestas empresas.

76

Aquisição das empresa TBE - aprovações até o momento

Em 25 de julho de 2012, foi protocolado junto à ANEEL o pedido de anuênciam prévia para a transferência de percentual acionário das concessões, objeto de reestruturação societária. Em 04 de outubro de 2012, a Companhia atualizou a documentação encaminhada à ANEEL, de forma a prosseguir com o processo em evidência. Atualmente o processo encontra-se em análise da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF/ANEEL.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da Unisa pela Taesa

Em 30 de novembro de 2011, a Taesa adquiriu da Abengoa, pelo montante de R\$799.738, 50% das ações do capital votante da UNISA (anteriormente Abengoa Participações S.A.), empresa cujo objeto social é a participação no capital social de sociedades prestadoras de serviço público e privado de transmissão de energia elétrica, que, naquela data, detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III.

Em 16 de março de 2012, a TAESA celebrou com a Abengoa um contrato para aquisição dos 50% remanescentes do capital da Unisa. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações estavam, à época, sujeitas à ocorrência de determinadas condições suspensivas. Em 03 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012.

CEMIG

Com base no exposto acima, a UNISA entre 30 de novembro de 2011 e 03 de julho de 2012 era controlada em conjunto pela TAESA e pela Abengoa e, a partir de 03 de julho de 2012 (data da aquisição), passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$876.193, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$902.390, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.717 e de contas a pagar no valor de R\$1.520, na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição do controle da UNISA pela TAESA (3 de julho de 2012) foram reconhecidos através do método de aquisição aplicáveis no caso de combinação de negócios em estágios e estão demonstrados a seguir:

Em 03 de julho de 2012	Valores justos reconhecidos na aquisição da UNISA	Participação Equivalente GT
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	434.638	188.458
Clientes	51.885	22.497
Ativo financeiro	2.448.428	1.061.635
Outros ativos	177.424	76.932
Passivos		
Contas a pagar a fornecedores e outras	(95.170)	(41.266)
Empréstimos e financiamentos	(1.008.224)	(437.165)
Impostos diferidos passivos	(256.595)	(111.259)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	1.752.386	759.832
Participação (%)		
Efeito da participação	100%	43,36%
Investimento detido anteriormente	1.752.386	759.832
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA (a)	(831.024)	(360.331)
Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012	(45.169)	(19.585)
	876.193	379.916
Valor efetivamente pago em caixa	902.390	391.275
Constituição de dividendos a receber	(27.717)	(12.018)
Constituição de contas a pagar	1.520	659
Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012	876.193	379.916

(a) Conforme requerido pelo CPC 15(R1) e IFRS 3(R), em uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve remensurar sua participação detida anteriormente pelo valor justo na data da obtenção do controle (data da aquisição) e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver.

As contraprestações da TAESA para as combinações de negócios, aquisição dos 50% iniciais e 50% remanescente, da UNISA foram pagas em caixa com recursos das 4ª e 5ª emissões de notas promissórias da Companhia respectivamente.

Nova emissão de ações pela Taesa

No dia 19 de julho de 2012, a Controlada indireta em Conjunto Taesa emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65 por Unit. Os units referentes a esta operação são compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social na Taesa, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755 milhões, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Após o aumento de capital, a Taesa passou a ter capital social de R\$3.067.535 que, deduzido o custo de emissão no valor de R\$38.883, totalizou R\$3.028.652, dividido em 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

Com esta emissão de ações a Cemig Geração e Transmissão reduz o seu percentual de participação na Taesa, passando de 56,69% para 43,36% do capital, composta de 97.690.743 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais, conforme segue:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	230.517.711	100,00%	113.981.196	100,00%	344.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA	97.690.743	42,38%	51.683.548	45,34%	149.374.291	43,36%

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	203.517.711	100,00%	59.981.196	100,00%	263.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%

Efeitos no resultado decorrentes da Oferta Pública de Ações da Taesa

Conforme mencionado anteriormente, a Taesa fez uma emissão de ações pelo valor de R\$65 por Unit, sendo que esse valor era superior ao valor patrimonial das ações da Taesa antes da emissão, mesmo com a inclusão no cálculo da mais valia da concessão apurada no processo de aquisição de participação acionária na Taesa pela Cemig Geração e Transmissão. Em função dessa diferença entre o valor patrimonial e o valor da emissão, foi apurado um ganho no montante de R\$259.325, reconhecido no resultado da Cemig GT. Os efeitos no fluxo de caixa consolidado da Companhia são como segue.

Ativo	
Consumidores e Revendedores	(22.629)
Outros Créditos	(122.847)
Ativo Financeiro da Concessão	(839.413)
Intangível	(200.577)
Passivo	
Empréstimos e Financiamentos	455.275
Outras Obrigações	332.089
Ganho na diluição	(259.330)
Efeitos nos fluxos de caixa	(657.432)

Madeira Energia S.A.

A Madeira Energia S.A. - MESA é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME. A MESA incorre em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, necessitando, portanto, de suporte financeiro de seus controladores em conjunto. O Aporte de R\$288.145 decorre de integralizações realizadas no exercício de 2012, devidamente aprovadas em Atas específicas, em consonância com o plano de investimentos aprovado na Comunicação de Resolução do Conselho de Administração - CRCA 089/07.

Aquisição de participação na Guanhães Energia S.A. (controle em conjunto)

Em 28 de agosto de 2012, a controlada em conjunto da Light Energia S.A. finalizou a operação de aquisição de participação na Guanhães Energia, onde adquiriu 51% das ações ordinárias, que pertenciam a Investminas Participações S.A. A Guanhães Energia foi criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. A Guanhães Energia S.A. é controlada em conjunto pela controlada Light Energia S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

O valor dos ativos líquidos adquiridos era de R\$26.586. A diferença entre o valor pago de R\$26.586 e o valor contábil de R\$10.357 dos ativos em construção foi alocada à concessão, ativo intangível identificável com vida útil definida alocado no intangível no balanço consolidado. Esse ativo será amortizado pelos prazos das concessões a partir da entrada em operação de cada uma delas.

Os valores justos reconhecidos na aquisição são como segue:

Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa		14.682
Outros Créditos		3.718
Imobilizado		3.485
Intangível		7.989
Passivo		
Outras Obrigações		(3.018)
Ativos líquidos adquiridos		26.856
Caixa despendido		26.856

Diluição de participação na Renova Energia S.A, controlada da Light.

Em 13 de julho de 2012, a Renova Energia S.A. e a BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), celebraram um acordo por meio do qual a BNDESPAR ingressaria no capital social da Renova Energia.

Em 26 de setembro de 2012, foi finalizada a operação onde foram subscritas e integralizadas 23.059.239 ações ordinárias e 4.875.036 ações preferenciais pela BNDESPAR, decorrentes da cessão gratuita do direito de preferência por RR Participações S.A., Light Energia S.A. e InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações à BNDESPAR no âmbito do Aumento de Capital, ao preço de emissão de R\$9,3334 por ação, totalizando R\$314.702.

Após a entrada da BNDESPAR no capital social da Renova Energia S.A., o percentual de participação da controlada Light Energia S.A. na Renova Energia S.A. passou de 25,9% para 22,0%. Essa operação gerou um ganho de equivalência patrimonial de R\$13.987.

Os efeitos nos fluxos de caixa são como segue.

Ativo		
Outros Créditos		(771)
Imobilizado		(19.507)
Intangível		(8.963)
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos		11.409
Outras Obrigações		2.246
Ganho na diluição		(5.163)
Efeitos nos fluxos de caixa		(20.749)

Opções de venda

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Coliseu, que é acionista da Taesa, uma opção de venda da totalidade das ações que este Fundo detém na Taesa, exercível em 30 de outubro de 2014. O preço da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Taesa. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira de 7,0% ao ano.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Taesa e Light, e atualmente exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única só vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações financeiras decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2012 e em 2011, cuja consolidação foi proporcional são como segue:

2012	Gasmig	Transleste	Transírapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	221.048	39.293	24.799	76.607	31.581	15.255
Não Circulante	1.318.734	122.392	70.785	373	79.259	168.441
Total do Ativo	1.573.827	161.685	95.584	76.980	110.840	183.696
Passivo						
Circulante	272.952	9.069	4.363	12.635	5.679	15.880
Não circulante	508.806	46.551	44.169	22.524	48.738	70.183
Patrimônio líquido	808.466	106.065	47.052	41.821	56.423	97.633
Total do Passivo	1.573.827	161.685	95.584	76.980	110.840	183.696
Demonstração do Resultado						
Receita Líquida de Vendas	1.043.594	30.159	18.495	12.204	19.001	13.662
Custo das Vendas	(860.155)	(2.123)	(1.568)	(2.224)	(1.424)	(6.260)
Lucro Bruto	183.439	28.036	16.927	9.980	17.577	7.402
Despesas Gerais e Administrativas	(93.321)	(1.391)	(2.190)	(758)	(1.585)	(2.950)
Resultado Financeiro Líquido	32.900	(3.775)	(3.975)	(4)	(3.529)	(3.564)
Lucro Operacional	123.018	22.870	10.762	9.218	12.463	888
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.627)	(1.261)	(735)	(1.201)	(819)	445
Resultado do Período	97.391	21.609	10.027	8.017	11.644	1.333

2012	Light	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axiom
Ativo							
Circulante	2.378.698	329.249	156.675	158.428	204.670	62.672	10.830
Não Circulante	9.394.224	1.271.361	156.003	190.062	385.641	102.704	5.604
Total do Ativo	11.772.922	1.600.610	312.678	348.490	590.311	165.376	16.434
Passivo							
Circulante	2.179.160	168.470	35.933	60.861	67.697	41.149	5.827
Não Circulante	6.329.085	568.199	158.732	109.675	153.242	40.301	489
Patrimônio Líquido	3.264.677	863.941	118.013	177.954	369.372	83.926	10.118
Total do Passivo	11.772.922	1.600.610	312.678	348.490	590.311	165.376	16.434
Demonstração do Resultado							
Receita Líquida de Vendas	8.021.254	295.180	70.371	65.608	153.986	61.122	23.365
Custo das Vendas	(5.953.833)	(25.133)	(5.263)	(7.839)	(13.141)	(31.705)	(17.411)
Lucro Bruto	2.067.421	270.047	65.108	57.769	140.845	29.417	5.954
Despesas Gerais e Administrativas	(919.898)	-	(6.337)	(3.812)	(14.682)	(3.134)	(4.663)
Resultado Financeiro Líquido	(461.244)	1.114	(18.197)	(7.472)	(12.358)	(2.142)	(84)
Lucro Operacional	686.279	271.161	58.771	53.957	126.163	26.283	1.207
Imposto de Renda e Contribuição Social	(204.927)	(31.494)	(18.197)	(7.472)	(12.358)	(2.142)	86
Resultado do Período	481.352	239.667	40.574	46.485	113.805	24.141	1.293

2011	Gasmig	Transleste	Transírapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
Ativo						
Circulante	434.525	39.782	22.129	28.102	26.180	11.951
Não Circulante	1.112.080	120.596	68.588	45.019	77.711	158.092
Total do Ativo	1.546.605	160.378	90.717	73.121	103.891	170.043
Passivo						
Circulante	452.968	14.474	18.468	7.232	19.566	12.868
Não circulante	287.386	49.824	29.291	24.886	29.533	69.726
Patrimônio líquido	806.251	96.080	42.958	41.003	54.792	87.449
Total do Passivo	1.546.605	160.378	90.717	73.121	103.891	170.043
Demonstração do Resultado						
Receita Líquida de Vendas	829.237	27.163	17.190	10.023	17.516	12.628
Custo das Vendas	(596.284)	(2.275)	(4.454)	(1.539)	(2.501)	(5.896)
Lucro Bruto	232.953	24.888	12.736	8.484	15.015	6.732
Despesas Gerais e Administrativas	(91.355)	(1.386)	(688)	(1)	(643)	(6.194)
Resultado Financeiro Líquido	18.538	(3.889)	(3.390)	(22)	(3.508)	-
Lucro Operacional	160.136	19.613	8.658	8.461	10.864	538
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.536)	(1.163)	(748)	(850)	(652)	(1.290)
Resultado do Período	123.600	18.450	7.910	7.611	10.212	(752)

2011	Light	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
Ativo							
Circulante	2.727.967	376.287	93.121	109.849	210.238	45.258	8.329
Não Circulante	9.551.839	1.464.917	251.861	259.174	641.316	145.037	4.467
Total do Ativo	12.279.806	1.841.204	344.982	369.023	851.554	190.295	12.796
Passivo							
Circulante	1.979.802	140.066	35.781	24.430	65.290	25.872	4.029
Não Circulante	5.848.032	355.482	73.565	80.081	171.719	17.530	87
Patrimônio Líquido	4.451.972	1.345.656	235.636	264.512	614.545	146.893	8.680
Total do Passivo	12.279.806	1.841.204	344.982	369.023	851.554	190.295	12.796
Demonstração do Resultado							
Receita Líquida de Vendas	6.944.785	277.203	58.677	63.199	142.635	37.662	18.694
Custos	(5.354.135)	(52.098)	(7.020)	(11.125)	(16.680)	(15.220)	(10.853)
Lucro Bruto	1.590.650	225.105	51.657	52.074	125.955	22.442	7.841
Despesas Gerais e Administrativas	(781.291)	(11.146)	(2.709)	(2.492)	(5.756)	(1.087)	(4.408)
Resultado Financeiro Líquido	(457.661)	(15.274)	(7.722)	(2.974)	(20.832)	(2.094)	(247)
Lucro Operacional	351.698	198.685	41.226	46.608	99.367	19.261	3.186
Imposto de Renda e Contribuição Social	(104.891)	(29.573)	(15.076)	(7.184)	(13.390)	(1.261)	(1.024)
Resultado do Período	246.807	169.112	26.150	39.424	85.977	18.000	2.162

15. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	19.884.394	(12.268.231)	7.616.163	19.052.126	(12.022.438)	7.029.688
Terrenos	423.538	-	423.538	424.728	-	424.728
Reservatórios, Barragens e Adutoras	8.570.342	(5.168.944)	3.401.398	7.990.344	(5.035.301)	2.955.043
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.475.884	(1.592.359)	883.525	2.319.093	(1.560.550)	758.543
Máquinas e Equipamentos	8.335.176	(5.444.338)	2.890.838	8.233.445	(5.362.640)	2.870.805
Veículos	20.149	(13.707)	6.442	25.775	(16.017)	9.758
Móveis e Utensílios	59.305	(48.883)	10.422	58.741	(47.930)	10.811
Em Curso	1.194.366	-	1.194.366	1.632.103	-	1.632.103
Ativos em Formação	1.194.366	-	1.194.366	1.632.103	-	1.632.103
Imobilizado Líquido - Consolidado	21.078.760	(12.268.231)	8.810.529	20.684.229	(12.022.438)	8.661.791

Consolidado	01/01/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	18.041.134	(11.043.754)	6.997.380
Terrenos	411.000	-	411.000
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.642.976	(4.643.171)	2.999.805
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.286.827	(1.441.734)	845.093
Máquinas e Equipamentos	7.663.881	(4.940.785)	2.723.096
Veículos	17.590	(6.753)	10.837
Móveis e Utensílios	18.860	(11.311)	7.549
Em Curso	1.231.133	-	1.231.133
Ativos em Formação	1.231.133	-	1.231.133
Imobilizado Líquido - Consolidado	19.272.267	(11.043.754)	8.228.513

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 31/12/2011	Adição/Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2012
Em Serviço	6.997.380	7.029.688	1.019.179	(44.110)	(388.594)	7.616.163
Terrenos	411.000	424.728	(1.068)	(122)	-	423.538
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.999.805	2.955.043	591.355	(1.092)	(143.908)	3.401.398
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	845.093	758.543	158.166	(48)	(33.136)	883.525
Máquinas e Equipamentos	2.723.096	2.870.805	269.328	(38.377)	(210.918)	2.890.838
Veículos	10.837	9.758	97	(4.468)	1.055	6.442
Móveis e Utensílios	7.549	10.811	1.301	(3)	(1.687)	10.422
Em Curso	1.231.133	1.632.103	(437.323)	(414)	-	1.194.366
Imobilizado Líquido - Consolidado	8.228.513	8.661.791	581.856	(44.524)	(388.594)	8.810.529

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579 (Lei 12.783), que trata das renovações das concessões. Mais detalhes vide nota explicativa nº 04.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis. Assim, o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,31%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,54%
Termelétricas	4,09%
Administração e outras	9,53%
Telecomunicações	7,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$803 em 31 de dezembro de 2012.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2012	2011	01/01/2011
Em serviço:					
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,42	38.715	38.715	38.627
Usina Igarapava	14,50%	2,52	57.579	57.017	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,49	183.124	183.124	182.360
Usina de Queimado	82,50%	2,42	212.554	208.618	206.729
Usina de Aimorés	49,00%	2,55	551.310	551.310	549.537
Usina de Baguari	34,00%	2,56	182.743	181.416	-
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%	2,60	56.240	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(235.948)	(193.372)	(171.321)
Total em operação			1.046.317	1.083.068	917.726
Em curso:					
Usina de Baguari	34,00%		75	75	181.416
Usina de Queimado	82,50%		277	3.388	1.579
Usina de Funil	49,00%		186	-	648
Usina de Aimorés	49,00%		1.188	700	1.187
Usina Igarapava	14,50%		1.016	461	1.171
Usina Porto Estrela	33,33%		184	119	156
Consórcio Capim Branco Energia			2.050	1.083	1.264
Total em construção			4.976	5.826	187.421
Total de Consórcios - Consolidado			1.051.293	1.088.894	1.105.147

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL, que representam a vida útil dos ativos.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A. Companhia Mineira de Metais – CMN	38,15 23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A. Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	15,00 51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Vale S.A. Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	48,43 17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil bruto de R\$4.362.237 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

Revisão de Vida Útil

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

A Companhia processou as alterações das taxas e recalcoulou o valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão, Cemig Distribuição 2016 e Light 2026, e do montante atribuível ao Ativo Intangível. Este recálculo resultou na transferência de R\$437.720 da conta de Ativo Intangível para o Ativo Financeiro.

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo imobilizado encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$64.531 em 31 de dezembro de 2012.

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 4.

16. INTANGÍVEIS

Controladora	2012			2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	3.803	(3.319)	484	3.799	(3.149)	650
Com Vida Útil Definida			-			
Direito de uso de softwares	3.794	(3.316)	478	3.711	(3.064)	647
Marcas e Patentes	9	(3)	6	5	(2)	3
Direito de Exploração de Concessão	-	-	-	83	(83)	-
Em Curso	10.090	(9.593)	497	7	-	7
Ativos em formação	10.090	(9.593)	497	7	-	7
Intangível Líquido - Controladora	13.893	(12.912)	981	3.806	(3.149)	657

Controladora	01/01/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	13.323	(12.490)	833
Com Vida Útil Definida			
Direito de uso de softwares	3.808	(2.978)	830
Marcas e Patentes	5	(2)	3
Direito de Exploração de Concessão	9.510	(9.510)	-
Em Curso	5	-	5
Ativos em formação	5	-	5
Intangível Líquido - Controladora	13.328	(12.490)	838

Consolidado	2012			2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	10.641.561	(7.154.063)	3.487.498	10.607.051	(6.725.068)	3.881.983
Com Vida Útil Definida						
Servidão	41.588	(1.766)	39.822	34.248	(1.585)	32.663
Contrato oneroso de concessão	51.908	(10.259)	41.649	31.974	(8.742)	23.232
Direito de Exploração de Concessão	10.325.389	(6.965.963)	3.359.426	10.361.482	(6.571.998)	3.789.484
Outros	222.676	(176.075)	46.601	179.347	(142.743)	36.604
Em Curso	985.983	-	985.983	1.522.123	-	1.522.123
Ativos em formação	985.983	-	985.983	1.522.123	-	1.522.123
Intangível Líquido - Consolidado	11.627.544	(7.154.063)	4.473.481	12.129.174	(6.725.068)	5.404.106

Consolidado	01/01/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	3.368.808	(143.585)	3.225.223
Com Vida Útil Definida			
Servidão	63.704	(2.245)	61.459
Contrato oneroso de concessão	32.034	(7.698)	24.336
Direito de Exploração de Concessão	3.110.096	-	3.110.096
Outros	162.974	(133.642)	29.332
Em Curso	1.722.954	-	1.722.954
Ativos em formação	1.722.954	-	1.722.954
Intangível Líquido - Consolidado	5.091.762	(143.585)	4.948.177

A movimentação do Ativo Intangível consolidado em 2012 é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Em Serviço	<u>3.225.223</u>	<u>3.881.983</u>	<u>(93.563)</u>	<u>(80.599)</u>	<u>(611.962)</u>	<u>391.639</u>	<u>3.487.498</u>
Com Vida Útil Definida							
- Servidão	61.459	32.663	-	-	(179)	7.338	39.822
- Concessão Onerosa	24.336	23.232	-	(1.220)	(1.331)	20.968	41.649
- Ativos de Concessão	3.110.096	3.789.484	(93.563)	(79.379)	(602.156)	345.040	3.359.426
- Outros	29.332	36.604	-	-	(8.296)	18.293	46.601
Em Curso	<u>1.722.954</u>	<u>1.522.123</u>	<u>1.706.366</u>	<u>(2.961)</u>	<u>-</u>	<u>(2.239.545)</u>	<u>985.983</u>
- Ativos em Formação	1.722.954	1.522.123	1.706.366	(2.961)	-	(2.239.545)	985.983
Intangível Líquido - Consolidado	<u>4.948.177</u>	<u>5.404.106</u>	<u>1.612.803</u>	<u>(83.560)</u>	<u>(611.962)</u>	<u>(1.847.906)</u>	<u>4.473.481</u>

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 04.

O Processo de Revisão Tarifária da controlada Cemig D ocorre a cada 5 anos, através de um processo de avaliação econômica, no qual são definidas as tarifas das concessões de distribuição da companhia no Estado de Minas Gerais. Dentro do processo de revisão tarifária é definida a Base Regulatória de Remuneração ("BRR") relacionada aos ativos vinculados às concessões.

Em 11 de março de 2013, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL, através do Despacho nº 689, divulgou a BRR preliminar da Cemig D, no montante de R\$5.111.837. Logo após a divulgação da BRR preliminar, a Administração iniciou discussões com a ANEEL com o intuito de demonstrar tecnicamente a esta Agência a necessidade de que referido montante fosse revisado. Considerando que o valor informado de forma preliminar pela ANEEL deveria ser modificado e que, na opinião da Administração, este era significativamente inferior ao valor pelo qual deveria ser feita sua homologação, a Administração não possuía elementos suficientes para determinar se haveria a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 da Cemig D, originalmente arquivadas em 28 de março de 2013.

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768, superior em R\$399.931 à BRR preliminarmente divulgada. A companhia ainda aguarda o julgamento do primeiro recurso interposto junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pela ANEEL na definição da BRR preliminar informada e que ainda não foi apreciado pela ANEEL. Adicionalmente, a companhia interporá novo recurso à ANEEL questionando certos critérios e valores da BRR que foram definidos em 5 de abril de 2013, uma vez que os montantes considerados na BRR revisada divulgada, relacionados principalmente aos gastos efetuados pela companhia com o Programa Luz para Todos (“Programa Luz para Todos” ou “PLPT”) ainda são substancialmente inferiores aos efetivamente incorridos na execução deste programa. A Administração mantém sua expectativa de que, quando da apreciação desses recursos pela ANEEL, sejam revistos critérios e valores definidos por esta Agência para a BRR, o que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

Tendo em vista o mencionado no parágrafo anterior, a Administração refez os cálculos dos impactos desta nova BRR na composição dos ativos financeiros e intangíveis de suas concessões e concluiu, com base em suas melhores estimativas, que não são necessários ajustes nos saldos dessas contas apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$30.500, no consolidado, em 31 de dezembro de 2012.

17. FORNECEDORES

	Consolidado		
	2012	2011	01/01/2011
Circulante			
Energia de curto prazo - CCEE	78.686	28.394	28.313
Encargos de uso da rede elétrica	118.472	106.272	88.526
Energia elétrica comprada para revenda	847.763	428.443	494.348
Itaipu binacional	218.728	197.846	155.956
Gás comprado para revenda	33.934	28.711	22.565
Materiais e serviços	437.879	400.182	331.301
	1.735.462	1.189.848	1.121.009

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As Obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado			Controladora		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Circulante						
ICMS	370.794	329.696	277.202	18.091	18.091	18.095
COFINS	117.931	94.662	65.803	31.907	11.636	9.947
PASEP	25.748	20.742	10.738	6.927	2.526	2.159
INSS	23.805	24.641	23.267	1.761	2.130	1.887
Outros	30.730	46.812	26.523	1.433	1.357	748
	569.008	516.553	403.533	60.119	35.740	32.836
Não Circulante						
COFINS	679.910	683.332	530.638	-	-	-
PASEP	147.596	148.355	115.189	-	-	-
Outros	175.795	65.400	46.976	-	-	-
	1.003.301	897.087	692.803	-	-	-
	1.572.309	1.413.640	1.096.336	60.119	35.740	32.836

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

		Consolidado		
		2012	2011	2010
Circulante				
Imposto de Renda		97.556	86.753	111.713
Contribuição Social		29.631	42.631	25.322
		127.187	129.384	137.035

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado				
				Circulante	Não Circulante	Total	2011	01/01/2011
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6%	US\$	25.603	-	25.603	46.989	62.597
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	5.503	21.327	26.830	34.826	51.035
BNP Paribas	2012	5,89%	EURO	-	-	-	1.387	3.809
KFW	2016	4,50%	EURO	1.778	5.333	7.111	8.028	8.817
Tesouro Nacional (5)	2024	Diversas	US\$	2.734	10.472	13.206	16.893	19.414
Banco Inter Americano del Desarrollo (7)	2026	2,12%	US\$	1.803	34.390	36.193	35.529	33.873
BNP 36 MM – Euros	2014	3,98%	EURO	239	30.856	31.095	27.882	-
Merril Lynch – US\$ 50 MM	2016	2,59%	US\$	107	33.180	33.287	30.570	-
Citi Bank – US\$ 100 MM	2018	2,46%	US\$	405	119.451	119.856	-	-
BID (16)	2022	Líbor + Spread 1,7 a 2,2%aa	US\$	6.796	76.729	83.525	52.902	-
BID (16)	2023	Líbor + Spread 1,5 a 1,88%aa	US\$	13.104	129.638	142.742	92.561	-
Outros	2019	Diversas	Diversas	7.692	852	8.544	11.340	11.722
Dívida em Moeda Estrangeira				65.764	462.228	527.992	358.907	191.267
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	206.186	-	206.186	-	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108% do CDI	R\$	4.902	442.348	447.250	591.951	887.523
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	28.061	-	28.061	56.844	85.063
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$	132.842	-	132.842	136.566	135.276
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	813.973	300.000	1.113.973	1.224.881	1.223.789
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$	793.153	-	793.153	706.796	630.494
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI	R\$	102.389	373.501	475.890	436.637	-
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	99.779	-
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 % do CDI	R\$	664.075	-	664.075	-	-
Banco do Brasil S.A.	2013	105,00 % do CDI	R\$	1.083.159	-	1.083.159	-	-
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	78.949	-	78.949	158.837	235.052
Banco Itaú – BBA S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	1.914	-	1.914	2.955	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.253	-	26.253	53.415	77.020
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.935	96.020	103.955	111.678	119.336
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	548	455	1.003	1.550	1.366
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	97.570	-	97.570	198.181	296.286
Bradesco S.A.	2011	105,50 do CDI	R\$	-	-	-	-	350.890
Bradesco S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	990.142	-
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	600.813	-	600.813	-	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.998	-	12.998	25.603	36.724
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	69.345	320.770	390.115	428.238	373.365
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	20.128	-	20.128	40.451	60.641
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	79.697	-	79.697	161.272	240.879
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70%	R\$	19.562	-	19.562	40.085	59.503
Itaú e Bradesco (4)	2015	CDI + 1,70%	R\$	-	-	-	819.996	890.517
Banco do Brasil S.A. (8)	2020	TJLP + 2,55%	R\$	2.733	17.303	20.036	22.768	25.500
UNIBANCO S.A (8)	2020	TJLP + 2,55%	R\$	705	4.368	5.073	5.768	6.460
CCB Bradesco S.A (5)	2017	CDI + 0,85%	R\$	26.198	97.420	123.618	149.820	120.242
ABN AMRO Real S.A. (5)	2014	CDI + 0,95%	R\$	692	25.980	26.672	27.005	21.541
BNDES (5)	2019	TJLP	R\$	81.762	324.300	406.062	371.729	189.686
BNDES - Repasse (11)	2033	TJLP	R\$	1.762	387.475	389.237	349.505	262.420
AMAZONIA – FNO (11)	2031	10% a.a	R\$	96	57.437	57.533	354.783	316.159
BNDES (11)	2033	TJLP + 2,40%	R\$	1.277	377.635	378.912	54.807	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (16)	2015	Diversas	R\$	5.572	61.325	66.897	66.932	365.577
BNDES (12)	2024	TJLP + 2,15%	R\$	3.160	33.853	37.013	39.961	42.119
CEF S.A (13)	2022	TJLP + 3,50%	R\$	7.404	54.297	61.701	64.784	67.128
CEF S.A (14)	2021	TJLP + 3,50%	R\$	6.056	43.391	49.447	52.109	54.157
CEF S.A (15)	2022	TJLP + 3,50%	R\$	9.809	80.925	90.734	95.267	96.601
BNDES (16)	2019	Diversas	R\$	43.023	188.264	231.287	210.744	14.147
Sindicato de Bancos (16)	2015	CDI + 0,90%	R\$	7.043	-	7.043	18.462	27.696
CEF S.A (16)	2016	117,5 % do CDI	R\$	1.804	4.502	6.306	10.585	12.904
NOTAS PROMISSORIAS – ITAU (16)	2012	105.50 do CDI	R\$	-	-	-	669.132	-
BNDES – CEMIG TELECOM (18)	2017	Diversas	R\$	9.070	34.697	43.767	51.972	48.539
BNDES (22)	2028	URTI+1,97%	R\$	4.010	57.561	61.571	49.588	-
Outros	2025	Diversas	R\$	36.597	279.532	316.129	298.809	90.245
Dívida em Moeda Nacional				5.093.225	3.663.359	8.756.584	9.250.387	7.468.720
Total de Empréstimos e Financiamento				5.158.989	4.125.587	9.284.576	9.609.294	7.659.987

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				2012		2011	01/01/2011
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (6) (9)	2031	IGP-M	R\$	-	52.758	52.758	46.896 37.083
Debêntures (6)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	401.359	-	401.359	372.697 354.638
Debêntures (6)	2017	IPCA + 7,96	R\$	530.287	-	530.287	502.648 472.333
Debêntures (6)	2011	104,00 do CDI	R\$	-	-	-	- 243.038
Debêntures (6)	2012	CDI+ 0,90	R\$	-	-	-	1.754.714 1.725.974
Debêntures (6)	2015	IPCA + 7,68	R\$	542.459	902.131	1.444.590	1.367.937 1.284.860
Debêntures (6)	2017	CDI + 0,90	R\$	37.549	479.847	517.396	- -
Debêntures (6)	2022	IPCA + 6,20	R\$	41.035	697.850	738.885	- -
Debêntures (6)	2019	IPCA + 6,00	R\$	11.843	208.368	220.211	- -
Debêntures 1ª EMISSÃO (6) (23)	2013	106% do CDI	R\$	31.743	-	31.743	- -
DEBÊNTURES PRIVADAS (BNDES PAR(6) (17)	2016	8,62%	R\$	29.548	82.709	112.257	131.225 158.373
Debêntures Públicas CVM 476/09 (6) (17)	2015	7,87%	R\$	543	59.570	60.113	- -
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2015	CDI + 1,30%	R\$	55.546	99.642	155.188	206.429 205.292
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2015	IPCA+7,91%	R\$	46.845	84.862	131.707	163.169 151.604
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2017	106,0% do CDI	R\$	663	352.567	353.230	462.636 462.169
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2017	CDI + 0,78%	R\$	4.514	288.042	292.556	- -
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2020	IPCA + 4,85% a.a.	R\$	3.395	348.802	352.197	- -
DEBENTURES TAESA (6) (16)	2024	IPCA + 5,10% a.a.	R\$	3.159	308.776	311.935	- -
DEBENTURES(10) (6)	2016	CDI+1,30%	R\$	3.332	22.224	25.556	13.281 -
DEBENTURES (19) (6)	2016	CDI+1,30%	R\$	20.813	46.535	67.348	88.148 -
DEBENTURES (20) (6)	2016	CDI+1,30%	R\$	44.239	159.193	203.432	167.035 -
DEBENTURES(21) (6)	2016	112,5% do CDI	R\$	7.176	21.035	28.211	35.124 -
Debêntures (6) (11)	2013	IPCA	R\$	80.613	78.905	159.518	207.094 182.188
Debêntures 3ª Emissão - Light Energia(5) (6)	2026	Cdi+1,18%	R\$	55	9.692	9.747	- -
Debêntures Renova - Light Energia(5) (6)	2022	Cdi + 1,51%	R\$	-	21.449	21.449	- -
Debêntures Guanhães - Light Energia(5) (6)	2013	Cdi + 0,39%	R\$	10.729	-	10.729	- -
Debêntures I e IV (5) (6)	2015	TJLP + 4,00%	R\$	6	10	16	22 22
Debêntures V (5) (6)	2014	CDI + 1,50%	R\$	29.937	36.563	66.500	241.759 210.287
Debêntures VI (5) (6)	2011	115% do CDI	R\$	-	-	-	78.642 -
Debêntures VII (5) (6)	2016	CDI + 1,35%	R\$	2.604	210.613	213.217	214.400 -
Debêntures VIII (5) (6)	2026	Cdi+1,18%	R\$	862	152.495	153.357	- -
Debêntures LIGHT ENERGIA (5) (6)	2016	CDI + 1,45%	R\$	1.044	55.608	56.652	57.074 -
Debêntures LIGHT ENERGIA II (5) (6)	2019	Cdi+1,18%	R\$	4.068	137.501	141.569	137.487 -
ITAUÚ – BBA DEBÊNTURES (6) (24)	2017	CDI + 0,9875% a.a.	R\$	679	10.830	11.509	- -
ITAU – BBA DEBÊNTURES (6) (25)	2017	CDI + 0,9875% a.a	R\$	672	9.840	10.512	- -
Total de Debentures				1.947.317	4.938.417	6.885.734	6.169.775
Total Geral Consolidado				7.106.306	9.064.004	16.170.310	15.779.069
							5.566.503
							13.226.490

- (1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
 (2) Empréstimo da controladora;
 (3) Foi contratado "swap" com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
 (4) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis Consolidadas;
 (5) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Light;
 (6) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
 (7) Financiamento da Transchile;
 (8) Financiamento de Cachoeirão;
 (9) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC.12;
 (10) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA CATRINENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.-ECTE;
 (11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
 (12) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;
 (13) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A ;
 (14) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto PraiaS de Parajuru S.A.;
 (15) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VOLTA DO RIO S.A
 (16) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Taesa;
 (17) Financiamento da Gasmig;
 (18) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;
 (19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA NORTE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.-ENTE;
 (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A-EATE;
 (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Empresa Paraense de Transmissão de Energia- ETEP.
 (22) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Light-Ger.
 (23) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Guanhães Energia.
 (24) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Transudeste.
 (25) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Transirapé.

GARANTIAS

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
NP e Aval	3.223.094
Recebíveis	31.684
Sem Garantia	4.914.371
Penhor de Ações	1.423.299
Alienação Fiduciária	361.399
Quirografária	4.426.390
Real	1.469.827
Flutuante	320.246
TOTAL	16.170.310

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, não considerando a transferência de valores para o curto prazo em função de não cumprimento de cláusula contratual, conforme mencionado na letra "a", é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	63.747	46.282	35.242	105.418	67.555	31.314	28.807	111.421	489.786
Euro	2.017	32.634	1.778	1.777	-	-	-	-	38.206
	65.764	78.916	37.020	107.195	67.555	31.314	28.807	111.421	527.992
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	733.081	488.471	678.733	177.034	176.168	220.498	220.510	1.202.140	3.896.635
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	69.614	75.386	61.592	50.099	40.490	35.610	23.715	35.336	391.842
SELIC	1.279	1.157	189	-	-	-	-	-	2.625
Certificado Depósito Interbancário – CDI	3.966.447	1.137.130	621.673	549.165	1.146.872	17.072	26.932	101.916	7.567.207
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.998	-	-	-	-	-	-	-	12.998
URTJ/TJLP (*)	177.287	189.135	175.006	206.911	200.220	187.050	151.591	800.368	2.087.568
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	23.343	380.678	1.669	1.409	862	832	832	57.074	466.699
UMBNDEx (**)	31.835	31.822	32.014	30.921	16.629	9.423	7.101	3.176	162.921
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.293	-	578	732	731	521	-	-	4.855
TR	1.534	382	96	-	-	-	-	-	2.012
Sem Indexador	826.867	32.649	94.748	31.253	6.076	5.961	5.843	43.559	1.046.956
	5.846.578	2.336.810	1.666.298	1.047.524	1.588.048	476.967	436.524	2.243.569	15.642.318
	5.912.342	2.415.726	1.703.318	1.154.719	1.655.603	508.281	465.331	2.354.990	16.170.310

(*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros reajustado pela TJLP

(**) UMBNDEx - Unidade Monetária do BNDES

(***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2012 %	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2012 %	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-Americano	8,94	12,58	(4,31)	IGP-M	7,82	5,10	11,32
Euro	10,73	9,25	(11,14)	CDI	8,37	11,64	9,71
				SELIC	8,49	11,67	9,81
				IPCA	5,84	6,50	5,63

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	13.226.490	410.393
Saldo em 31 de dezembro de 2011	15.779.069	1.030.227
Aquisição de Controladas em conjunto – saldo inicial	296.252	-
Redução de Participação em Controladas	(648.414)	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	7.195.242	1.081.105
Capitalização	6.094	-
Variação monetária e cambial	290.402	-
Encargos financeiros provisionados	1.298.821	110.586
Encargos financeiros pagos	(1.208.844)	(100.800)
Amortização de financiamentos	(6.838.312)	(1.018.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.170.310	1.102.721

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2012 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
Citibank (SESA)	2018	Libor+1,66	52.648
Citibank (ENERGIA)	2018	Libor+1,66	42.327
Citibank (SESA)	2018	Libor+1,66	12.950
Citibank (ENERGIA)	2018	Libor+1,66	10.411
Total Captações em Moeda Estrangeira			118.336
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S/A (Notas Promissórias)	2013	104,08 do CDI	640.000
Banco do Brasil S/A	2013	102,50 do CDI	600.000
Banco do Brasil S/A	2017	108,33 do CDI	196.247
Eletrobras	2023	6	15.250
Eletrobras	2023	6	15.250
DEBÊNTURES (ITAÚ BBA) - 5ª EMISSÃO	2013	104 do CDI	513.034
1ª série - 3ª emissão Deb	2017	CDI + 0,78	289.273
2ª série - 3ª emissão Deb	2020	IPCA + 4,85	345.973
3ª série - 3ª emissão Deb	2024	IPCA + 5,10	306.417
Banco Bradesco S/A	2013	106 do CDI	31.850
Debêntures SAE	2037	IPCA + 6,5	77.044
Bndes 125 600 MM	2028	TJLP+ 1,97	11.760
Banco Bradesco S/A *	2012	103 DO CDI	1.000.000
Banco Bradesco S/A	2017	CDI+0,90	483.950
Banco Bradesco S/A	2022	IPCA+6,20	676.653
Banco Bradesco S/A	2019	IPCA+6,0	201.865
Banco do Brasil	2013	105 do CDI	1.081.105
Debêntures - Pine	2017	12,65	19.491
Debêntures - Votorantim	2017	12,65	24.363
SESA Debentures 8a. Emissão	2026	CDI + 1,18	121.940
SESA Bndes Capex - Subcred	2019	TJLP + 1,81 a 3,21	56.242
ENERGIA Renova - Empréstimos	2029	TJLP e CDI	23.437
ENERGIA Renova - Debêntures	2022	123,45 do CDI	17.254
SESA Debentures 8a. Emissão	2026	CDI + 1,18	29.993
SESA Bndes Capex - Subcred	2019	TJLP - 1,81 a 3,21	13.834
ITAÚ - BBA (DEBÊNTURES)	2017	CDI + 0,9875	10.403
ITAÚ - BBA (DEBÊNTURES)	2017	CDI + 0,9875	11.350
DEBÊNTURES PÚBLICAS (Instrução CVM 476/09)	2015	7,87	59.991
DEBENTURES	2016	CDI + 1,30	15.174
DEBENTURES	2016	CDI + 1,30	74.942
BNDES	2026	TJLP + 1,97	13.901
Outros	Diversos	Diversos	98.920
Total Captações em Moeda Nacional			7.076.906
Total Geral Consolidado			7.195.242

*Captado e liquidado em 2012.

As Debêntures de emissão da controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2012, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS	Vencimento	2012	2011	01/01/2011
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M	Não Há	2031	52.758	46.897	37.083
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não Há	IPCA + 7,68%	Não Há	2015	1.444.590	1.367.937	1.284.860
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI +0,90%	Não Há	2017	517.396	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,00%	Não Há	2019	220.211	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,20%	Não Há	2022	738.884	-	-
CEMIG D (1) (3)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96%	Não Há	2017	530.287	502.648	472.333
CEMIG D (1) (3)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,50%	Não Há	2014	401.360	372.697	354.638
GUANHÃES ENERGIA S.A. (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	106% do CDI	Não Há	2013	31.743	-	-
GASMIG (1) (2)	Normativas e Escriturais	Quirografária	8,62%	Não Há	2016	112.257	131.225	158.373
GASMIG (1) (2)	Normativas e Escriturais	Quirografária	7,87%	Não Há	2015	60.113	-	-
TAESA (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI+1,30%	Não Há	2015	155.188	206.429	205.292
TAESA (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA +7,91%	Não Há	2015	131.707	163.169	151.604
TAESA (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	106% do CDI	Sim	2017	353.230	462.635	462.168
TAESA (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	292.556	Não Há	2017	-	-	-
TAESA (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 4,85% a.a.	Não Há	2020	352.197	-	-
TAESA (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 5,10% a.a.	Não Há	2024	311.935	-	-
ECTE (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI+1,30%	Não Há	2016	25.556	13.281	-
ENTE (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI+1,30%	Não Há	2016	67.348	88.148	-
EATE (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI+1,30%	Não Há	2016	203.432	167.035	-
ETEP (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	112,5% do CDI	Não Há	2016	28.211	35.124	-
Madeira Energia S.A. (1) (2)	Simples não Conversíveis	Garantia Real	IPCA	Não Há	2013	159.518	207.094	182.126
LIGHT ENERGIA – GUANHÃES (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,39%	Não Há	2013	10.729	-	-
LIGHT ENERGIA - 8º EMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 1,35%	Não Há	2016	213.217	214.400	-
LIGHT ENERGIA – RENOVA (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 1,51%	Não Há	2022	21.449	-	-
LIGHT ENERGIA - 4º EMISSÃO (1) (2)	Nominativas e Conversíveis	Real e flutuante	TJLP + 4,00%	Não Há	2015	16	22	22
LIGHT ENERGIA - 5º EMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 1,50%	Não Há	2014	66.500	241.759	210.287
LIGHT ENERGIA - 2º EMISSÃO (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI+1,18%	Sim	2019	141.569	137.487	-
LIGHT ENERGIA - 1º EMISSÃO (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária (Com Garantia Fidejussória)	CDI + 1,45%	sim	2016	56.652	57.074	-
LIGHT ENERGIA - 3º EMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	Cdi+1,18%	Não Há	2026	9.747	-	-
LIGHT ENERGIA - 8º EMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	Cdi+1,18%	Não Há	2026	153.357	-	-
TRANSUDESTE (1) (2)	Escritural não conversíveis	Quirografária	CDI + 0,9875% a.a.	Não Há	2017	11.509	-	-
TRANSPIRAPE (1) (2)	Escritural não conversíveis	Quirografária	CDI + 0,9875% a.a.	Não Há	2017	10.512	-	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária (Com aval da Holding)	CDI+0,90%	Não Há	2012	-	1.754.714	1.725.974
LIGHT ENERGIA (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não Há	115% +CDI	Não Há	2011	-	-	78.642
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não Há	104,00% do CDI	Não Há	2011	-	-	243.039
TOTAL						6.885.734	6.169.775	5.566.503

- (1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria.
(2) Não houve quebra de *Covenants*.
(3) Houve quebra de *Covenants*.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Cemig e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“*Covenants*”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

As principais cláusulas restritivas são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Cemig:	
LAJIDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
Dívida /LAJIDA	Menor ou igual a 2,5
Cemig Distribuição	
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 2,5
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante/LAJIDA	Menor ou igual a 200%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%
LAJIDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,3
LAJIDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
Investimento/LAJIDA	Menor ou igual a 96%
Cemig Geração e Transmissão	
Dívida Líquida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/LAJIDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 61%
LAJIDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,6
Investimento/LAJIDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias;

Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);

LAJIDA = LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Em 31 de dezembro de 2012, algumas das cláusulas restritivas da Cemig não foram atendidas. A Companhia está em processo de obtenção do consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206.091.

b) Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo "simples", não conversíveis em ações.

c) Emissões de notas promissórias da Cemig Distribuição

A Cemig Distribuição realizou, no dia 02 de julho de 2012, sua 5ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor total de R\$640 milhões.

Foram emitidas 64 notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$10 milhões de reais (“Notas Promissórias”), com vencimento em 27 de junho de 2013. As Notas Promissórias são remuneradas por juros correspondentes a 104,08% da Taxa DI. As Notas Promissórias contaram com aval da Cemig.

A emissão das Notas Promissórias foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de junho de 2012. Os recursos captados com a Oferta foram destinados ao financiamento de investimentos já realizados ou a serem realizados, pagamento de dívida(s) contraída(s) e/ou reforço do capital de giro da Emissora.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		
	2012	2011	2010
Reserva Global de Reversão - RGR	74.934	58.930	46.086
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	32.590	68.492	51.438
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	51.736	45.436	35.264
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.210
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.808	4.631	3.764
Eficiência Energética	149.821	147.724	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	174.230	216.524	196.191
Pesquisa Expansão Sistema Energético	5.121	4.093	3.847
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	8.382	7.803	7.704
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	25.703	22.772	17.755
Encargo de Capacidade Emergencial	49.263	49.319	3.022
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	4.677	3.500	3.127
	582.472	630.431	526.896
Passivo Circulante	412.840	368.229	384.415
Passivo Não Circulante	169.632	262.202	142.481

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi deferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2012.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$814.870 em 31 de dezembro de 2012 (R\$846.581 em 31 de dezembro de 2011). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo líquido com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Braslight, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Controladora em conjunto vinculados à Braslight e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974, e possui quatro planos – A, B, C e D – implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo contribuição definida.

Em 02 de outubro de 2001, a Previc (anteriormente Secretaria de Previdência Complementar – SPC) aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da Braslight, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$1.070.722 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.095.211 em 31 de dezembro de 2011), cujo efeito na Companhia é de R\$347.771 em 31 de dezembro de 2012 (R\$355.724 em 31 de dezembro de 2011)

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes. A avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2012.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas da Controladora e das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição são conforme abaixo, sendo que nas Demonstrações Contábeis encontra-se registrado o valor adicional referente à Light, conforme mencionado acima:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações fundeadas	9.190.642	872.281	819.779	22.343	735.848
Valor Justo dos Ativos do Plano	(8.142.438)	(427.479)	-	-	-
Valor presente de obrigações não fundeadas	1.048.204	444.802	819.779	22.343	735.848
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(741.132)	(89.003)	(239.118)	8.952	(200.460)
Passivo Líquido	307.072	355.799	580.661	31.295	535.388
Complemento referente dívida com a Forluz	507.798	-	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	814.870	355.799	580.661	31.295	535.388

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o passivo líquido com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC.33 R1(Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o valor presente de obrigações não fundeadas será integralmente reconhecido em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorrerá um impacto no Patrimônio Líquido em janeiro de 2013 em função dessa nova prática contábil, no montante de R\$496.956 (líquido dos efeitos fiscais).

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Obrigação de benefício definido em 31/12/2011	7.253.700	732.583	626.357	18.048	539.695
Custo do Serviço Corrente	7.534	306	11.302	332	5.803
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	703.270	74.055	60.667	1.745	53.703
Contribuição dos Empregados	53	18	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	1.780.054	134.603	180.680	3.081	147.821
Benefícios pagos	(553.969)	(69.284)	(59.227)	(863)	(11.174)
Obrigação de benefício definido em 31/12/2012	9.190.642	872.281	819.779	22.343	735.848

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	
	FORLUZ	BRASLIGHT
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011	6.893.141	355.373
Retorno real dos investimentos	1.678.075	104.597
Contribuições do Empregador	125.138	36.775
Contribuição dos Empregados	53	18
Benefícios pagos	(553.969)	(69.284)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	8.142.438	427.479

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2012 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	7.534	306	11.302	332	5.803
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	703.270	74.055	60.667	1.745	53.703
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(734.701)	(37.748)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	525	(637)	551
Despesa em 2012 conforme laudo atuarial	(23.897)	36.613	72.494	1.440	60.057
Ajuste referente dívida com a Forluz	117.324	-	-	-	-
Despesa em 2012	93.427	36.613	72.494	1.440	60.057

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	42.805	28.029	1.555	23.663	96.052
Despesa Reconhecida no Resultado	5.235	4.432	112	3.892	13.671
Contribuições Pagas	(6.343)	(2.751)	(42)	(636)	(9.772)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	41.697	29.710	1.625	26.919	99.951
Despesa Reconhecida no Resultado	4.599	4.819	118	5.174	14.710
Contribuições Pagas	(6.203)	(3.290)	(47)	(636)	(10.176)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	40.093	31.239	1.696	31.457	104.485
Passivo Circulante					2.520
Passivo Não Circulante					101.965

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	868.178	264.850	553.669	30.132	443.999	2.160.828
Despesa Reconhecida no Resultado	106.239	56.788	68.914	1.389	53.248	286.578
Contribuições Pagas	(127.836)	(30.945)	(55.189)	(803)	(10.742)	(225.515)
Aquisição de Participação Acionária na Light	-	65.268	-	-	-	65.268
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	846.581	355.961	567.394	30.718	486.505	2.287.159
Despesa Reconhecida no Resultado	93.427	36.613	72.494	1.440	60.057	264.031
Contribuições Pagas	(125.138)	(36.775)	(59.227)	(863)	(11.174)	(233.177)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	814.870	355.799	580.661	31.295	535.388	2.318.013
Passivo Circulante						88.932
Passivo Não Circulante						2.229.081

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2013 é como segue:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	10.687	318	16.852	467	8.371
Juros Sobre a Obrigaçāo Atuarial	806.096	69.314	72.187	1.961	67.990
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(717.333)	(34.118)	-	-	-
Despesa em 2013	99.450	35.514	89.039	2.428	76.361

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2013 é como segue:

Estimativa de pagamento de benefícios	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria Forluz	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	566.992	51.295	1.454	17.348

A Companhia e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2013 no montante de R\$134.703 e R\$75.132 para o plano de Contribuição Definida.

A Light tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2013 no montante de R\$114.528 (cota parte da Cemig R\$37.187).

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D		BRASLIGHT	
	2012	2011	2012	2011
Ações de empresas brasileiras	0,08%	0,11%	15,23%	13,07%
Títulos de Renda Fixa	85,63%	83,69%	73,32%	74,86%
Imóveis	3,77%	3,78%	11,23%	4,98%
Outros	10,52%	12,42%	0,22%	7,09%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig e da Light:

	2012	2011
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	463.873	367.019
Ações emitidas pela Patrocinadora	10.242	12.062
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	201.245	191.606
	675.360	570.687

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D		BRASLIGHT	
	2012	2011	2012	2011
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,05% a 10,07%	10,07%	8,26%	10,56%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,05% a	10,98%	12,38%	10,96%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,20%	4,30%	4,50%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,31%	6,39%	7,01%	6,59%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média IAPB-57	Light média IAPB-57	Light forte IAPB-57	Light forte IAPB-57
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos				

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado							
	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 2011	Adições	Atualizações	Reversões	Liquidações	Aumento (Redução) de participação	Saldo em 2012
Trabalhistas	115.301	135.121	25.846	10	(18.652)	(16.626)	(203)	125.496
Cíveis								
Relações de Consumo	70.537	83.817	6.933	-	(20.747)	(4.522)	-	65.481
Outras ações cíveis	55.617	66.088	83.834	3.921	(31.613)	(27.295)	(27)	94.908
	126.154	149.905	90.767	3.921	(52.360)	(31.817)	(27)	160.389
Tributárias	88.474	117.637	7.733	3.448	(4.440)	(2.778)	1.533	123.133
Ambientais	3.596	56.635	1.313	-	(40.745)	(11.762)	-	5.441
Regulatórias	27.280	78.137	446.533	-	(27.063)	(456.668)	-	40.939
Outras	10.102	12.004	7.147	1.275	(2.147)	(5.491)	-	12.788
Total	370.907	549.439	579.339	8.654	(145.407)	(525.142)	1.303	468.186

	Controladora					
	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 2011	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 2012
Trabalhistas	57.896	58.902	1.714	(8.898)	(1.714)	50.004
Cíveis						
Relações de Consumo	33.921	31.035	418	(13.541)	(263)	17.649
Outras ações cíveis	22.467	20.556	20.928	(20.556)	(1.660)	19.268
	56.388	51.591	21.346	(34.097)	(1.923)	36.917
Tributárias	27.845	33.342	416	(3.164)	(39)	30.555
Ambientais	180	207	984	(207)	-	984
Regulatórias	40.831	38.210	436.214	(13.137)	(436.214)	25.073
Outras	4.413	3.700	1.281	(1.844)	(581)	2.556
Total	187.553	185.952	461.955	(61.347)	(440.471)	146.089

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladoras em conjunto são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$536.532, dos quais R\$125.496 foram provisionados.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$155.102, dos quais R\$65.481 foram provisionados.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$171.776, dos quais R\$94.908 foram provisionados.

105

Tributárias

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$215.254, dos quais R\$40.163 foram provisionados.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Light é parte em processos onde são discutidos o ICMS, sendo os principais: (i) autos de infração lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECP e multa (períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2003 e janeiro de 2006 a dezembro de 2010) pelo não recolhimento destes tributos diferidos em operações anteriores às distribuição de energia elétrica, ou seja, em operação realizada entre geradora e distribuidora, em razão da ocorrência de perdas comerciais; (ii) auto de infração para cobrar ICMS em razão da utilização pela controlada Light SESA de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda para aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro; (iii) autos de infração lavrados para cobrança de ICMS incidentes sobre os valores da subvenção econômica direcionada aos consumidores de energia classificados como baixa renda, oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão; (iv) a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a forma de apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse feito em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96. O valor da contingência, correspondente à participação da Companhia no capital da Light, é de, aproximadamente, R\$536.960, dos quais R\$36.678 foram provisionados.

A Gasmig é parte em ações relativas a créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede e a incidência do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS. O valor da contingência, correspondente à participação da Companhia no capital da Gasmig, é de, aproximadamente, R\$40.126, dos quais R\$22.486 foram provisionados.

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$389.515. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

O Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) ajuizou Ação Civil Coletiva contra a Companhia, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado. Com base na avaliação realizada pelos nossos assessores jurídicos, de que o mérito da discussão já foi objeto de manifestação pelo STF, a probabilidade de perda foi reavaliada de possível para remota.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$924.311, dos quais R\$1.414 foram provisionados.

FINSOCIAL

A União Federal ajuizou ação rescisória contra a Companhia, com o objetivo de rescindir o acordão proferido na ação rescisória ajuizada, anteriormente, pela Companhia, onde se discute o FINSOCIAL, com o argumento de que a ação ajuizada foi protocolada após o prazo decadencial de dois anos. O valor, estimado, da contingência é de R\$99.366, dos quais R\$22.392 foram provisionados.

Ambientais

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$1.688.536, dos quais R\$5.441 foram provisionados, dentre os quais destacamos:

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.582.046. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$94.035.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$132.626, dos quais R\$40.939 foram provisionados.

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

a) Demanda Judicial

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Companhia utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades com o Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Companhia, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Companhia não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrhou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

O valor da contingência em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.014.905 e nenhuma provisão havia sido constituída.

b) Negociação para quitação antecipada da CRC

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Companhia celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 – Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

Do valor recebido pela Companhia, o Estado reteve e repassou à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC. Em decorrência desta retenção, a Companhia registrou uma despesa pelo mesmo valor em dezembro de 2012.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$87.966, dos quais R\$14.260 foram provisionados. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$204.382.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

O INSS instaurou processo administrativo contra a Companhia, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Companhia não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Companhia recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância. Em 31 de dezembro de 2011 o valor da contingência era de, aproximadamente, R\$140.875. Em 31 de dezembro de 2012, o valor foi reavaliado por nossos assessores jurídicos para R\$519, em decorrência de ter sido considerada como a melhor estimativa possível o valor atualizado do depósito judicial realizado, que é representativo das contribuições previdenciárias sobre as parcelas de PLR pagas.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$397.025.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária, no valor aproximado, de R\$337.199.

PIS/COFINS

A Cemig foi autuada por recolhimento a menor de PIS/COFINS em razão de exclusões indevidas de despesas financeiras da base de cálculo das contribuições. Apesar de a Companhia ter recolhido PIS/COFINS sobre receitas financeiras, a Secretaria da Receita Federal entende que esse recolhimento se deu a menor. O valor da contingência era de R\$81.112 em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronunciou pela observância do princípio da anterioridade nos casos em que a alteração de lei implique em gravame ao contribuinte.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão da cobrança de PIS/COFINS, por considerarem ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$41.039. Em 31 de dezembro de 2012, a probabilidade de perda foi reavaliada para remota, em face de julgamento que reconheceu a legitimidade do repasse dessas contribuições nas faturas de energia elétrica.

Contingências Fiscais da Light SESA

As contingências fiscais com probabilidade de perda considerada possível pela Light SESA correspondem a: (i) IRRF sobre valores pagos pela Light SESA a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente; (ii) exigência do IRPJ e da CSLL sobre os lucros auferidos pela *LIR Energy Limited* (LIR) e *Light Overseas Investment Limited* (LOI) desde 1996; (iii) multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005; (iv) Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos (TFOP), lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa; (v) glosa de compensação efetuada para fins de quitação de débitos de COFINS, sendo que o processo foi encerrado em definitivo, favoravelmente, à Companhia. Essas causas somam R\$503.176, valor correspondente a participação da Cemig no capital da Light.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constitui provisão para esta ação, estimada, em R\$1.162.821.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$135.113. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrhou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$132.648. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$158.368.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

112

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$202.479, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

CEMIG

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do Capital Social, com valor nominal de R\$5,00 e totalmente integralizadas estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2012					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	189.991.615	51	-	-	189.991.615	22
Outras Entidades do Estado	50.246	-	8.821.839	2	8.872.085	1
AGC Energia S.A.	122.901.990	33	-	-	122.901.990	14
Outros						
No País	49.999.792	13	159.644.811	33	209.644.603	25
No Exterior	9.893.442	3	311.714.493	65	321.607.935	38
Total	372.837.085	100	480.181.143	100	853.018.228	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2011					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	51	-	-	151.993.292	22
Outras Entidades do Estado	40.197	-	7.057.472	2	7.097.669	1
AGC Energia S.A.	98.321.592	33	-	-	98.321.592	14
Outros						
No País	35.420.497	12	73.185.353	19	108.605.850	16
No Exterior	12.494.090	4	303.902.089	79	316.396.179	47
Total	298.269.668	100	384.144.914	100	682.414.582	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 1 de janeiro de 2011					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	51	-	-	151.993.292	22
Outras Entidades do Estado	40.197	-	7.057.472	2	7.097.669	1
AGC Energia S.A.	98.321.592	33	-	-	98.321.592	14
Outros						
No País	35.084.145	12	88.391.812	23	123.475.957	18
No Exterior	12.830.442	4	288.695.630	75	301.526.072	45
Total	298.269.668	100	384.144.914	100	682.414.582	100

Lucro por ação

Em decorrência do aumento de capital com emissão de 170.603.646 novas ações, sem uma correspondente alteração nos recursos da Companhia, conforme mencionado a seguir, o lucro por ação está apresentado, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações do capital da Companhia. Desta forma, considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação, básico e diluído, em 2012 e 2011, são de R\$5,01 e R\$2,83, respectivamente.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	2012	2011
Ações ordinárias	372.837.085	372.837.085
Ações preferenciais	480.181.143	480.181.143
	853.018.228	853.018.228
Ações em Tesouraria	(363.650)	(363.650)
Total	852.654.578	852.654.578

Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuênciia do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantém o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribui à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições.

Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital

O Estado de Minas Gerais efetuou aportes na Companhia nos anos de 1995, 1996 e 1998 destinados a Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), no montante histórico de R\$27.124. Em 2011, a Secretaria de Estado da Fazenda solicitou a devolução dos valores desses AFACs, devidamente corrigidos, uma vez que até o ano mencionado os recursos não haviam sido utilizados para integralização de ações em aumento de capital.

Em atendimento a essa solicitação, o Conselho de Administração, em 27 de dezembro de 2011, deliberou pela devolução do AFAC ao Estado de Minas Gerais, no valor de R\$93.260, correspondendo ao valor histórico de R\$27.124, corrigido pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) no período, sendo a despesa financeira correspondente à atualização do AFAC, no valor de R\$66.136, registrada no exercício de 2011.

Aumento do Capital Social aprovado na Assembleia Geral ordinária em abril de 2012

Em 27 de abril de 2012, Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$3.412.073 para R\$4.265.091 com emissão de 170.603.646 novas ações, mediante a capitalização de R\$821.527 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$31.491 provenientes da incorporação das parcelas do Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2012	2011	01/01/2011
Reservas de Capital			
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.572.526	2.572.526	2.572.526
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)	(1.132)
	3.953.850	3.953.850	3.953.850

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizados na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a Cemig decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente á época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

	2012	2011	01/01/2011
Reservas de Lucros			
Reserva Legal	853.018	682.415	573.205
Reserva Estatutária	1.303.905	1.141.178	1.433.549
Reserva de Retenção de Lucros	71.122	1.382.962	799.413
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	628.131	86.316	67.086
	2.856.176	3.292.871	2.873.253

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se, substancialmente, aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, sendo as retenções suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência. As principais aquisições em função da retenção de recursos mencionada estão apresentadas em mais detalhes na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Reserva Legal

A Companhia utilizou 4,12% do lucro líquido apurado no exercício de 2012, no valor de R\$170.603, para constituição de Reserva Legal, tendo em vista o saldo da Reserva Legal com essa constituição ter alcançado o limite de 20% do Capital Social, conforme estabelecido pelo Art. 193 da Lei 6.404 – Lei das Sociedades por Ações.

(c) Dividendos

Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações.

As ações do Capital Social da Cemig, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2012 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora 2012
Valor Nominal das Ações Preferenciais	2.399.087
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	239.909
Valor do Patrimônio Líquido	12.044.062
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	6.777.194
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	203.316
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	239.909
Dividendos Obrigatórios	4.271.685
Resultado do Exercício	2.135.843
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	2.135.843
Dividendos Propostos	1.700.000
Juros sobre o Capital Próprio	589.976
Dividendos ordinários	2.289.976
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	(154.133)
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	1.201.911
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	933.932
Dividendos por valor unitário – R\$	0,50
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	2,68
Dividendo Obrigatório	2,68
Dividendos Propostos (líquido do Imposto de Renda na Fonte sobre JSCP)	2,68

A Companhia declarou em dezembro de 2012 o pagamento de Juros sobre capital próprio, os quais serão considerados e compensados no cálculo do dividendo obrigatório de 2012, no montante de R\$1.700 milhões, o que corresponde a R\$1,99 por ação, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até o dia 30 de junho de 2013 e a segunda até o dia 30 de dezembro de 2013, sendo apurado um benefício fiscal de R\$578.000.

Dividendos Extraordinários

O Estatuto Social da Cemig estabelece que, sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros específica para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

Ocorreram os seguintes pagamentos de dividendos extraordinários pela Companhia em 2012 e 2011:

- O Conselho de Administração da Cemig, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2012, deliberou declarar dividendos extraordinários, no montante de R\$1.600 milhões, o que corresponde a R\$1,8765 por ação. O pagamento desses dividendos ocorreu em janeiro de 2013;
- O Conselho de Administração da Cemig, em reunião realizada em 9 de dezembro de 2011, deliberou declarar Dividendos Extraordinários, no montante de R\$850 milhões, utilizando as Reservas de Lucros Estatutária e de Retenção de Lucros para esse fim, representando R\$1,25 por ação. O pagamento desses dividendos ocorreu em 28 de dezembro de 2011.

(d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2012	2011	01/01/2011
Ajustes de avaliação patrimonial			
Custo atribuído dos ativos de geração	959.303	1.080.233	1.209.212
Ajustes de conversão	10.025	5.354	(772)
Instrumentos financeiros de hedge de caixa em controlada em conjunto	(383)	567	1.393
	968.945	1.086.154	1.209.833

Os Ajustes de Conversão referem-se à diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a nova avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

24. RECEITA

	Consolidado	
	2012	2011 (Reclassificado)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	18.613.559	16.567.739
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	2.215.060	1.978.066
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (c)	1.675.076	1.407.836
Receita de Construção de Transmissão (d)	160.257	120.170
Receita de Indenização de Transmissão (c)	192.311	-
Receita de Construção de Distribuição (d)	1.445.840	1.412.407
Receita de Construção de Gás (d)	24.856	6.550
Transações com energia na CCEE	427.360	268.970
Outras Receitas Operacionais (e)	1.324.002	983.480
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (f)	(7.617.946)	(6.996.502)
Receita Operacional líquida	18.460.375	15.748.716

118

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Residencial	11.518.441	10.742.297	6.226.699	5.451.747
Industrial	25.969.189	26.028.775	4.581.625	4.362.073
Comércio, Serviços e Outros	7.949.909	6.984.941	3.542.329	3.045.417
Rural	2.874.259	2.646.475	785.128	707.958
Poder Público	1.343.999	1.191.280	606.878	531.496
Iluminação Pública	1.463.813	1.371.091	392.682	356.667
Serviço Público	1.549.311	1.439.200	464.473	424.407
Subtotal	52.668.921	50.404.059	16.599.814	14.879.765
Consumo Próprio	62.133	57.098	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	71.285	74.830
	52.731.054	50.461.157	16.671.099	14.954.595
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	13.867.837	14.457.890	1.903.052	1.577.128
Vendas no PROINFA	126.900	120.827	39.408	36.016
Total	66.725.791	65.039.874	18.613.559	16.567.739

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia. Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig Distribuição

Em 8 de abril de 2012, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2012 da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 5,24%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 2,90% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,34%, que vigorará até abril de 2013. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2011, de 1,39%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 3,85%.

Revisão Tarifária – Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3º Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, que acarretará o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passam a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos será de 2,99%.

A ANEEL já está aplicando os efeitos do Decreto 7.945, que dispõe sobre a utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para atenuar os custos de aquisição de energia das distribuidoras junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em função das condições hidrológicas desfavoráveis, com consequente acionamento das usinas termelétricas, e reduzir, em decorrência, o impacto do reajuste tarifário, limitando-o em 3%. O montante que exceda tal percentual será repassado através de parcela única até o décimo dia útil, a contar da publicação de Despacho da ANEEL. Tais recursos oriundos da CDE serão resarcidos pelos consumidores em até cinco anos, corrigidos pelo IPCA.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

Mais detalhes acerca da Base de Remuneração Regulatória (BRR) na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis.

Reajuste Tarifário Anual – Light

Em reunião pública realizada em 6 de novembro de 2012, a Aneel aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2012 da Controlada Light SESA. O resultado homologado pela Aneel representa um reajuste tarifário de 10,77%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 7,17% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, que vigorará nos próximos doze meses, de 3,60%. Considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light vigentes até esta data, de -0,64%, o aumento médio para os consumidores será de 11,41%, a partir de 7 de novembro de 2012.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição e da Light que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Receita de Concessão de Transmissão e Receita de Indenização

Para as concessões de transmissão, a receita inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também a atualização do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579. Mais detalhes na nota explicativa nº 4.

120

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão, sendo que na Receita Operacional, em alguns casos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 25.

e) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2012	2011
Fornecimento de Gás	754.996	578.830
Serviço Taxado	18.408	13.957
Serviço de Telecomunicações	162.232	157.819
Prestações de Serviços	117.416	98.393
Subvenções (*)	176.078	55.705
Aluguel e Arrendamento	85.807	76.607
Outras	9.065	2.169
	1.324.002	983.480

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

f) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2012	2011
Tributos sobre a Receita		
ICMS	3.954.319	3.575.298
COFINS	1.655.724	1.495.852
PIS-PASEP	359.496	324.824
Outros	7.472	5.591
	5.977.011	5.401.565
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	287.248	204.887
Programa de Eficiência Energética – PEE	38.357	42.640
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	616.253	516.122
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	565.083	717.632
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	47.282	37.001
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	41.027	32.057
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	20.513	16.091
Encargos de Capacidade Emergencial	-	359
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	25.172	28.148
	1.640.935	1.594.937
	7.617.946	6.996.502

121

CEMIG

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal (a)	1.360.796	1.248.651	33.910	37.128
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	243.655	221.061	12.661	14.987
Obrigações Pós-Emprego	133.991	123.700	10.111	8.435
Materiais	82.535	97.752	182	222
Serviços de Terceiros (b)	1.127.478	1.030.827	22.451	12.962
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	5.951.272	4.277.980	-	-
Depreciação e Amortização	1.000.556	982.669	330	370
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	186.384	153.979	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	781.806	257.611	400.613	(1.892)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	1.010.596	830.024	-	-
Gás Comprado para Revenda	495.114	329.105	-	-
Custos de Construção (e)	1.630.194	1.529.269	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	634.617	362.032	38.988	20.126
	14.638.994	11.444.660	519.246	92.338

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Remunerações e Encargos	1.218.975	1.131.846	31.277	25.359
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	71.554	67.393	4.553	4.200
Benefícios Assistenciais	136.463	131.823	3.768	3.790
	1.426.992	1.331.062	39.598	33.349
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	33.163	20.272	870	3.779
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(99.359)	(102.683)	(6.558)	-
	(66.196)	(82.411)	(5.688)	3.779
	1.360.796	1.248.651	33.910	37.128

Programas de Desligamento de Empregados

Programa Desligamento Premiado (PDP)

A Companhia manteve, de novembro de 2011 a 17 de janeiro de 2012 o Programa Desligamento Premiado (PDP), que tinha entre os seus principais benefícios os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias). Em 2012, houve a adesão de 182 empregados.

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

122

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa será registrado em 2013 em conformidade a adesão dos empregados, sendo que o prazo de desligamento se encerrará em junho de 2013.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	187.784	176.612	-	-
Comunicação	105.708	89.802	895	1.728
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	248.651	205.191	103	64
Conservação e Limpeza de Prédios	77.697	58.971	95	59
Mão de Obra Contratada	31.567	59.662	357	302
Fretes e Passagens	13.762	11.638	1.946	2.007
Hospedagem e Alimentação	19.618	18.995	391	391
Vigilância	23.766	23.285	-	-
Consultoria	45.380	26.564	8.598	3.127
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	42.871	67.915	1.446	894
Manutenção e Conservação de Veículos	11.374	21.669	1.657	32
Corte e Religação	44.014	52.913	-	-
Meio Ambiente	29.267	27.693	-	-
Energia Elétrica	1.168	1.073	253	-
Poda de Árvores	25.852	25.146	-	-
Limpeza de Faixa	37.434	34.609	-	-
Outros	181.565	129.089	6.710	4.358
	1.127.478	1.030.827	22.451	12.962

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2012	2011
Energia de Itaipu Binacional	1.069.387	919.398
Energia de curto prazo	889.716	337.152
PROINFA	265.034	204.087
Contratos Bilaterais	612.116	538.058
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	2.805.956	1.964.879
Energia adquirida no Ambiente Livre	717.423	637.316
Créditos de PASEP-COFINS	(408.360)	(322.910)
	5.951.272	4.277.980

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Prêmio de Aposentadoria	(3.607)	3.106	261	39
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	315.201	163.629	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	7.194	14.064	(7.184)	1.006
Cíveis	38.171	35.360	(12.855)	(8.842)
Tributárias	3.293	8.036	(3.003)	5.167
Ambientais	1.068	777	777	27
Regulatórias	419.470	17.635	423.077	(2.621)
Outras	1.016	15.004	(460)	3.332
	470.212	90.876	400.352	(1.931)
	781.806	257.611	400.613	(1.892)

A Cemig Distribuição provisionou como créditos de liquidação duvidosa em 2012 o valor de R\$159.015 referente aos valores a receber de consumidores industriais em função de não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD.

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	2012	2011
Pessoal e Administradores	106.784	100.674
Materiais	755.408	603.612
Serviços de Terceiros	668.441	727.927
Outras	99.561	97.056
	1.630.194	1.529.269

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Arrendamentos e Aluguéis	105.475	87.351	818	828
Propaganda e Publicidade	7.869	24.353	361	564
Consumo Próprio de Energia Elétrica	14.017	18.944	-	-
Subvenções e Doações	38.958	33.906	1.465	3.017
Taxa de Fiscalização da ANEEL	47.030	45.762	-	-
Concessão Onerosa	25.547	20.666	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	37.683	26.536	240	145
Seguros	10.830	7.948	2.172	820
Anuidade CCEE	6.028	5.896	3	4
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	7	30.015	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	125.659	21.591	44	187
FORLUZ – Custo Administrativo	22.592	15.233	1.110	993
Outras Despesas	192.922	23.831	32.775	13.568
	634.617	362.032	38.988	20.126

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

A Companhia registrou em 2012 as perdas relativas às desativações de bens decorrentes da realização do inventário físico para atendimento à Resolução ANEEL nº 367/2009

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	295.812	410.195	31.746	21.034
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	179.475	150.522	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	157.366	152.145	-	-
Variações Cambiais	43.692	20.453	1	35
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(41.625)	(42.347)	(41.666)	(41.956)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	27.588	16.120	-	-
Rendas FIDC	-	-	87.532	49.433
Variação Monetária	2.607	-	8.761	-
Variação Monetária sobre Finsocial (Nota 9)	57.282	67.341	-	67.341
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 11)	-	67.506	-	67.506
Atualização Monetária da CRC (Nota 12)	2.382.862	-	2.382.862	-
Outras	105.180	153.060	7.374	10.076
	3.210.239	994.995	2.476.610	173.469
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.242.959)	(1.311.023)	(103.691)	(20.896)
Variações Cambiais	(81.933)	(39.870)	(21)	(206)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(185.965)	(145.780)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(34.077)	(21.239)	-	-
Variação Monetária – P&D e PEE	(23.522)	(34.825)	-	-
Variação Monetária – Outras	(48.104)	(91.654)	(4)	-
Ajuste a Valor Presente	(1.064)	(1.042)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(132.418)	(162.878)	(4.599)	(5.235)
Atualização Monetária de AFAC (Nota 23)	-	(66.136)	-	(66.136)
Outras	(207.873)	(90.819)	(28.967)	(21.418)
	(1.957.915)	(1.965.266)	(137.282)	(113.891)
RESULTADO FINANCIERO LÍQUIDO	1.252.324	(970.271)	2.339.328	59.578

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas e controladas em conjunto são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	22.809	22.212	-	-	9.253	12.059
Juros sobre capital próprio e Dividendos	119.947	109.215	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	40.804	40.546	4.211	4.067	424.851	374.859	(47.580)	(54.507)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	29.081	11.094	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	18.079	280	-	-	733	(6.857)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	399.476	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.938	4.374	28.516	29.054	52.033	57.716	(312.177)	(283.049)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	18.812	25.084	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	19.373	19.214	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	127	138	940	880	31.671	30.520	(7.767)	(6.250)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	9.178	3.029	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.406	7.320	4.975	4.349	(90.627)	(72.582)
Prestação de serviço (3)	1.628	2.345	-	-	4.379	4.771	-	-
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	7.225	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	2.989	3.457	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (4)	2.444	1.195	-	-	4.630	5.579	-	-
Prestação de serviço (5)	-	-	3.558	4.649	-	-	(19.858)	(26.531)
Não Circulante								
Manutenção (6)	299	701	-	-	-	-	-	-
Pessoal cedido (7)	1.007	1.212	-	-	-	-	2.361	2.264
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	37.716	115.026	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.645	4.454	-	-	(33.715)	(34.477)
Cemig Serviços								
Circulante								
Prestação de Serviço (8)	-	-	2.963	758	-	-	(12.485)	(1.339)
Pessoal cedido (7)	1.473	-	-	-	-	-	382	-
Não Circulante								
Pessoal cedido (7)	3.735	2.152	-	-	-	-	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	316	295	-	-	(2.911)	(2.582)
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	26.218	5.513	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	10	11	717	389	389	343	(5.966)	(5.064)
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	20.664	21.329	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	8.246	8.918	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	163	121	-	-	(1.342)	(1.031)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	4.729	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.621	1.466	-	-	(14.422)	(12.793)

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (9)	8.197	6.657	-	-	96.286	89.267	-	-
Consumidores e Revendedores (10)	-	25.016	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (11)	2.422.099	-	-	-	69.834	102.712	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (11)	-	1.830.075	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	467.930	265.700	-	-	-	-
Debêntures (12)	-	-	52.758	46.896	-	-	(5.862)	(9.813)
Financiamentos – BDMG (13)	-	-	9.213	14.900	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (14)	-	-	51.227	74.441	-	-	(93.427)	(106.239)
Despesa de Pessoal (15)	-	-	-	-	-	-	(71.554)	(67.393)
Custeio Administrativo (16)	-	-	-	-	-	-	(22.369)	(15.233)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (14)	-	-	763.643	772.140	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e Odontológico (17)	-	-	611.956	598.111	-	-	(73.934)	(70.303)
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Construção UHE Santo Antônio (18)	507	-	2.797	6.892	-	-	-	-
Mútuo (19)	-	-	31	28	-	-	-	-
Programa Luz para todos (20)	-	-	-	-	-	-	(2.129)	(8.906)
Não Circulante								
Construção UHE Santo Antônio (18)	6.961	4.395	-	-	-	-	-	-
Programa Luz para todos (20)	-	-	-	-	263	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia com a Cemig Geração e Transmissão, Light, Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco decorrente de leilões públicos de energia ocorridos entre 2004 e 2011, sendo que para os contratos bilaterais celebrados entre Cemig Distribuição e Cemig Capim Branco a data dos leilões são anteriores a 2004. Os contratos tem vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. A Companhia também possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light, decorrente de leilões públicos de energia ocorridos entre 2004 e 2011, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia, Empresa Regional de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as operações com energia elétrica referem-se a Encargos de Uso da Rede Elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II e demais equipamentos associados celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Capim Branco em 2011 com duração de 2 anos corrigido pelo IGP-M;
- (4) Compartilhamento de infraestrutura excedente da Distribuição, Transmissão e Subtransmissão compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecom. Não há índice de reajuste;
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos corrigido pelo IGP-M;
- (6) Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das linhas de transmissão e subtransmissão que estejam sendo usadas conjuntamente, incluindo os cabos OPGW, cabos de transição e seus acessórios;
- (7) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;
- (8) Refere-se a contrato de prestação de serviço de leitura, impressão e entrega simultânea de contas de energia elétrica de consumo em kWh, através de tecnologia desenvolvida para tal, inspeção visual de unidades consumidoras, coleta e confirmação de dados cadastrais, atualização cadastral postal, alocação de rotas, planejamento e mudança de rotas urbanas e rurais celebrado entre a Cemig serviços e a Cemig Distribuição em 2011 com duração de 2 anos o aditivo pode ser feito por períodos iguais e sucessivos até o prazo de 48 meses. prorrogável por até 4 anos corrigido pelo IGP-M;
- (9) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (10) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, integralmente liquidado em setembro de 2012;
- (11) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 10 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;

- (12) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (13) Financiamentos das controladas Transudeste, Transleste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES + 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 (Dólar + 5%) e 2025 (9,5% a.a.);
- (14) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (15) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (16) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (17) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;
- (18) Contrato com a Construtora Andrade Gutierrez S.A para construção da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Andrade Gutierrez S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil);
- (19) O saldo refere-se à diferença na alteração do índice de remuneração do contrato de mútuo celebrado entre Andrade Gutierrez Participações S.A e Santo Antônio Energia S.A em 6 de dezembro de 2008 de IGP-M para TJLP acrescida de 3,1%, aprovada em reunião do Conselho da Administração da Santo Antônio Energia S.A realizada em 24 de fevereiro de 2010;
- (20) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 12, 19, 21 e 25.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2012 e 2011 é conforme segue:

	2012	2011
Remuneração	7.762	9.142
Participação nos Resultados	2.301	1.980
Benefícios Pós Emprego	888	713
Benefícios Assistenciais	1.243	102
Total	<u><u>12.194</u></u>	<u><u>11.937</u></u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjuntos estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e derivativos, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado, exceto quanto ao hedge de fluxo de caixa da controlada em conjunto Madeira Energia S.A. cuja parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos com esta qualificação foi reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. Estes instrumentos financeiros da Madeira Energia foram integralmente liquidados em 2012.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2012		2011		01/01/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:						
Empréstimos e Recebíveis						
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2.328.910	2.328.910	2.704.600	2.704.600	2.885.088	2.885.088
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.661.808	2.661.808	2.708.316	2.708.316	2.358.292	2.358.292
Concessionários – Transporte de Energia	515.896	515.896	438.991	438.991	400.556	400.556
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	2.422.099	2.422.099	1.830.075	1.830.075	1.837.088	1.837.088
Ativos Financeiros da Concessão	6.621.961	6.621.961	10.206.286	10.206.286	8.297.168	8.297.168
	14.550.674	14.550.674	17.888.268	17.888.268	15.778.192	15.778.192
Disponíveis para venda						
Ativos Financeiros da Concessão	5.585.254	5.585.254	-	-	-	-
Mantidos até o Vencimento						
Títulos e Valores Mobiliários	646.987	646.987	-	-	-	-
Valor justo por meio do resultado:						
Mantidos para negociação						
Títulos e Valores Mobiliários	1.072.567	1.072.567	358.987	358.987	321.858	321.858
Instrumentos Derivativos – Contrato Swap	31.734	31.734	-	-	-	-
	31.734	31.734	-	-	-	-
Passivos financeiros:						
Avaliados ao custo amortizado						
Fornecedores	1.735.462	1.735.462	1.189.848	1.189.848	1.121.009	1.121.009
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	814.870	814.870	846.581	846.581	868.178	868.178
Concessões a Pagar	209.817	209.817	137.686	137.686	117.802	117.802
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.170.310	16.799.296	15.779.069	15.767.142	13.226.490	13.226.490
	18.930.459	19.559.445	17.953.184	17.941.257	15.333.479	15.333.479
Valor justo por meio de resultado:						
Instrumentos Derivativos – Contrato Swap	1.319	1.319	23.501	39.410	66.892	61.987

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2012		2011	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 19</i>)	240.093	489.789	169.653	318.947
Fornecedores (Itaipu Binacional)	105.115	219.162	106.321	198.280
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(8.414)	(19.414)	(27.263)	(45.833)
	336.794	689.537	248.711	471.394
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (<i>nota 19</i>)	14.150	38.206	15.349	37.299
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(11.358)	4.295	(130)	(317)
	2.792	42.501	15.219	36.982
UMBNDES (*)	-	-	66.379	2.661
Passivo Líquido Exposto		732.038		511.037

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, com base em nossos consultores financeiros, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2013 será uma valorização de 0,29% para o dólar (R\$2,050) e uma desvalorização de 2,67% para o Euro (R\$2,622). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambiária 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambiária 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 19</i>)	489.789	491.227	614.034	736.841
Fornecedores (Itaipu Binacional)	219.162	219.805	274.756	329.708
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(19.414)	(19.471)	(24.339)	(29.207)
	689.537	691.561	864.451	1.037.342
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 19</i>)	38.206	37.185	46.481	55.777
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	4.295	4.606	4.684	4.762
	42.501	41.791	51.165	60.539
Passivo Líquido Exposto	732.038	733.352	915.616	1.097.881
Efeito Líquido da Variação Cambial		1.314	183.578	365.843

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$216.816 (R\$207.489, em 31 de dezembro de 2011).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2012	2011
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (<i>Nota 6</i>)	2.328.910	2.704.600
Títulos e Valores Mobiliários (<i>Nota 7</i>)	1.719.554	358.987
Fundos Vinculados	132.495	3.386
	4.180.959	3.066.973
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (<i>Nota 19</i>)	(7.569.832)	(9.274.474)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (<i>Nota 19</i>)	(2.087.568)	(1.991.435)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(750.000)	(750.000)
	(10.407.400)	(12.015.909)
Passivo Líquido Exposto	(6.226.441)	(8.948.936)

132

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, as taxas SELIC e TJLP serão de 7,25% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 7,25% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 9,06% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 10,88% TJLP 7,50%
Ativos				
Aplicações Financeiras (<i>Nota 6</i>)	2.328.910	2.497.756	2.539.909	2.582.295
Títulos e Valores Mobiliários (<i>Nota 7</i>)	1.719.554	1.844.222	1.875.346	1.906.641
Fundos Vinculados	132.495	142.101	144.499	146.910
	4.180.959	4.484.079	4.559.754	4.635.846
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (<i>Nota 19</i>)	(7.569.832)	(8.118.645)	(8.255.659)	(8.393.430)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (<i>Nota 19</i>)	(2.087.568)	(2.191.946)	(2.218.041)	(2.244.136)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(750.000)	(802.200)	(815.232)	(831.600)
	(10.407.400)	(11.112.791)	(11.288.932)	(11.469.166)
Passivo Líquido Exposto	(6.226.441)	(6.628.712)	(6.729.178)	(6.833.320)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(402.271)	(502.737)	(606.879)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2012	2011
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (<i>nota 13</i>)	5.585.254	-
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (<i>nota 19</i>)	(3.896.635)	(2.249.647)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (<i>nota 19</i>)	(466.699)	(443.018)
	(4.363.334)	(2.692.665)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	1.221.920	(2.692.665)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,42% e 5,21%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2012	31 de dezembro de 2013		
		Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,42% IGP-M 5,21%	Cenário Possível IPCA 6,78% IGP-M 6,51%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (<i>nota 13</i>)	5.585.254	5.876.246	5.948.854	6.022.021
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (<i>nota 19</i>)	(3.896.635)	(4.107.833)	(4.160.827)	(4.213.431)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (<i>nota 19</i>)	(466.699)	(491.014)	(497.081)	(503.195)
	(4.363.334)	(4.598.847)	(4.657.908)	(4.716.626)
Ativo Líquido Exposto	1.221.920	1.277.399	1.290.946	1.305.395
Efeito Líquido da Variação do IPCA		55.479	69.026	83.475

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros previstos nos contratos, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	615.520	350.589	3.514.146	9.199.228	5.508.202	19.187.685
Concessões a pagar	1.692	5.003	13.075	66.952	163.453	250.175
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	8.186	16.487	75.743	458.533	948.509	1.507.458
	625.398	372.079	3.602.964	9.724.713	6.620.164	20.945.318
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.393	8.587	876.252	129.163	233.135	1.250.530
Fornecedores	1.735.462	-	-	-	-	1.735.462
	1.738.855	8.587	876.252	129.163	233.135	2.985.992
	2.364.253	380.666	4.479.216	9.853.876	6.853.299	23.931.310

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.099.291	20.040	-	-	1.119.331
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	403	811	3.727	22.560	46.667	74.168
	403	1.100.102	23.767	22.560	46.667	1.193.499
- Pré-fixadas						
Fornecedores	12.338	-	-	-	-	12.338
	12.741	1.100.102	23.767	22.560	46.667	1.205.837

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Provisão para Devedores Duvidosos constituída em 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foi de R\$315.201.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2012 algumas das cláusulas restritivas da Cemig não foram atendidas. A Companhia está em processo de obtenção do consentimento dos credores que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206.091.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$27.588 (ganho de R\$16.120 em 31 de dezembro de 2011), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada indireta UNISA, que é controlada em conjunto pela Taesa. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, por meio das operações contratadas pela UNISA, está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada a uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício.

Por meio da controlada indireta em conjunto Madeira, a Companhia possuía hedge de fluxo de caixa, integralmente resgatados em 2012.

Os derivativos designados como “hedge de fluxo de caixa” e que se qualificarem para o hedge accounting devem ser devidamente documentados para este fim. A Companhia considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada Light. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da controlada indireta Light SESA é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do swap de taxas anteriormente mencionado.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição e Madeira em 31 de dezembro de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
				2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	2012	2011 Reclassificado	2012	2012
Cemig Distribuição SA											
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	US\$17.226	(23.888)	(47.611)	(23.823)	(48.351)	-	(24.710)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% do CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	32.153	7.580	44.268	22.587	-	-
Cemig Geração e Transmissão SA											
Madeira Energia SA											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	-	R\$120.000	-	618	-	618	1.863	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	-	R\$2.375	-	3	-	3	-	-
Taes											
ATE II Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2022	Swap	42.160	27.561	144	(216)	144	(216)	144	-
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2018	Swap	4.632	3.028	3	(18)	3	(18)	3	-
ATE III Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 05/2020	Swap	59.946	39.188	89	(124)	89	(124)	89	-
BRL	USD	Em 11/2012	Opção	4.699	3.072	183	470	183	470	183	-
BRL	USD	Em 05/2013	Opção	4.939	3.229	-	511	-	511	-	-
BRL	USD	Em 05/2012	Opção	-	2.743	-	112	-	112	-	-
Light											
101,9% CDI + (TJLP -6%) US\$ + variação entre (2,20% a 3,58%)	Taxa de 0,85% + CDI 100% CDI	Em 10/2012	Swap	R\$150.000	R\$150.000	98	57	1.268	62	-	-
Entre 09/2012 a 04/2014		Swap	US\$10.207	US\$9.427	534	(16)	602	(10)	-	-	-
Libor + 2,5294%	100% CDI + 0,65%	10/2014	Swap	U\$50.000	U\$50.000	4.746	1.562	5.377	1.172	-	-
Euro + 4,6823%	100% CDI + 1,30%	10/2014	Swap	€34.969	€34.969	3.115	(313)	4.295	(317)	-	-
US\$ + Libor + 1,66%	100% CDI + 1,00%	Entre 02/17 a 02/18	Swap	US\$179.997	-	71	-	(1.991)	-	-	-
						17.248	(37.385)	30.415	(23.501)	2.282	(24.710)

(*) Empresas controladas da Taesa

- 1) Os valores apresentam a operação proporcional à participação da Cemig GT
- 2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- 3) Valores em Milhares de reais
- 4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/12 a Dez/12)

A contraparte das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, HSBC, Citibank, Bank of America, BNP Paribas e o Banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito, anteriormente, indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima um cenário provável em 31 de dezembro de 2013, que a taxa do CDI será de 7,25% e a valorização cambial da moeda estrangeira, em relação ao Real, será de 0,29% para o Dólar (R\$ 2,050).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial do Dólar de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2012, cenários que são considerados como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro 2013 seria de 9,06% e 10,88% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Saldo em 31/12/2012	Cenário Provável 7,25%	Cenário Possível 9,06%	Cenário Remoto 10,88%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	23.823	25.550	25.981	26.415
Efeito Líquido da Variação do CDI		(1.727)	(2.158)	(2.592)
 Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	23.823	23.893	29.866	35.840
Efeito Líquido da Variação do US\$		70	6.043	12.017
Efeito Líquido		(1.657)	3.885	9.425

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

Risco da variação do CDI em relação ao Cenário Base

	Saldo em 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	641.760	652.186	662.669
Efeito Líquido da Variação do CDI		(41.760)	(52.186)	(62.669)
 Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
 Efeito Líquido		27.060	16.634	6.151

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011
Total do Passivo	28.729.052	25.263.935
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.485.810)	(2.862.490)
(-) Fundos Vinculados	(132.495)	(3.386)
Passivo Líquido	26.110.747	22.398.059
 Total do Patrimônio Líquido	12.044.062	11.744.948
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	2,17	1,91

29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Valor justo em 31 de dezembro de 2012		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	684.994	-	684.994	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	45.919	-	45.919	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Letras Financeiras - Bancos	224.849	-	224.849	-
Operações Compromissadas	-	-	-	-
Outros	116.805	-	116.805	-
	1.072.567	—————	1.072.567	—————
Fundos Vinculados	132.495	-	132.495	-
Contratos de Swaps	31.734	-	31.734	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.585.254	—————	-	5.585.254
	5.749.483	—————	164.229	5.585.254
Passivos				
Contratos de Swaps	(1.319)	-	(1.319)	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. Desta maneira, não existem movimentações de resultado, além daquelas divulgadas na nota 4 destas demonstrações financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

30. SEGUROS

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Cemig, Cemig D e Cemig GT				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2012 a 29/04/2013 29/04/2012 a 29/04/2013	US\$13.907 US\$24.000	US\$204
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2012 a 08/11/2013	R\$ 939.301	R\$ 237
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	07/12/2012 a 07/12/2013	R\$1.832.370(1)	R\$ 2.385
Light				
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2012 a 10/08/2013	R\$ 40.350	R\$ 158
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2012 a 25/09/2013	R\$ 20.000	R\$ 855
Risco Operacional	Total	31/10/2012 a 31/10/2013	R\$ 4.881.192 (2)	R\$ 1.856
Taesa				
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais (*)	Total (3)	19/08/2012 a 19/08/2013	R\$ 932.678	R\$ 700
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais (**)	Total (3)	13/12/2012 a 13/12/2013	R\$ 1.887.181	R\$ 1.257
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (*)	Responsabilidade Civil	19/08/2012 a 19/08/2013	LMI R\$10.000	R\$ 36
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (**)	Responsabilidade Civil	13/12/2012 a 13/12/2013	LMI R\$10.000	R\$ 82
Diretores e Gerentes (***)	Responsabilidade Civil	18/08/2012 a 18/08/2013	LMG R\$10.000	R\$ 20
Veículos (****)	105% da Tabela Fipe	19/08/2012 a 19/08/2013	-	R\$ 320
Madeira				
Garantia – Performance Bond	Obrigações decorrentes do contrato de concessão	07/03/2008 a 11/10/2016	R\$ 162.500	R\$ 20.227
Risco Operacional de Engenharia – Construção, Instalação e montagem	Total	11/11/2008 a 03/11/2016	Diversos (3)	R\$ 134.996
Manutenção Garantia	RE/All Risks dos equipamentos sob o período de manutenção/garantia.(6)	23/03/2011 a 30/11/2017	R\$ 4.514.745	R\$ 25.916
Compreensivo Multirisco	Almoxarifado de Materiais Permanentes	26/09/2012 a 26/09/2013	R\$ 65.103	R\$ 73
Responsabilidade Civil - Obras - 2º Layer	RC Obras/Cruzada e Empregador(7)	06/04/2012 a 06/04/2015	R\$ 60.000	R\$ 372
Transportes - Nacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(8)	31/01/2010 a 31/12/2015	R\$ 3.176.314	R\$ 2.137
Transportes - Internacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(9)	31/01/2010 a 31/12/2015	USD 309.750	USD 363
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE.	31/12/2011 a 31/12/2012	R\$ 50.000	R\$ 552
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores	15/08/2012 a 15/08/2013	R\$ 50.000	R\$ 125

(1) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$170.000.

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$300.000.

(3) R\$10.000 para Responsabilidade Civil, R\$12.718.975 para Risco de Engenharia – All Risk, R\$1.630.155 para ALOP (Perda de receita por atraso na obra, devido a sinistro de danos materiais), R\$2.928.749 para Riscos Operacionais: todos os contratos de serviços permanentes da usina.

(4) Valores incluídos apenas das concessões NVT, TSN, ETEO e empresa Taesa.

(5) Valores incluídos de Taesa, NTE, BRASNORTE e ETAU.

(6) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$20 milhões, exceto para uma apólice de R\$231 milhões da controlada NTE que é de R\$50 milhões.

(7) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$50 milhões.

(*)Valores incluídos apenas das concessões NVT, TSN, ETEO, NTE, BRASNORTE, ETAU e empresa Taesa.

(**) Valores incluídos de ATE, ATE II, ATE III e STE.

(***) Taesa

(****) Valores incluídos de TSE, NVT, ETEO e BRASNORTE.

A Cemig não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	5.912.346	2.415.726	1.703.318	1.154.719	1.655.603	3.328.598	16.170.310
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	970.559	987.811	984.382	947.985	962.996	32.526.764	37.380.497
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	27.248	24.561	25.927	25.988	28.785	1.464.731	1.597.240
Compra de Energia - Leilão	2.248.795	2.102.150	2.210.399	2.325.517	2.422.252	63.180.091	74.489.204
Cotas Medida Provisória 579/2012	334.163	214.985	785.129	736.021	684.104	36.185.497	38.939.899
Outros contratos de Compra de Energia	1.931.805	1.976.670	1.666.778	1.572.917	2.030.629	41.265.737	50.444.536
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	51.227	54.301	57.559	61.012	64.673	526.098	814.870
Total	11.476.143	7.776.204	7.433.492	6.824.159	7.849.042	178.477.516	219.836.556

32. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012												
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO												
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.056.346	16.234.970	11.640.874	3.068.310	1.411.665	937.528	421.795	179.106	145.921	1.626.636	(11.950.037)	40.773.114
Contas a Receber	1.057.122	825.362	190.333	103.071	44.140	19.414	31.873	4.503	3.421	204.542	-	2.483.810
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	-	677.573	1.887.591	456.784	36.294	73.955	-	3.827	134.230	7.195	(77.198)	3.198.459
Tributos	34.990	1.420.230	100.661	1.903	-	3.773	46.533	14.080	89.939	-	-	1.719.554
Outros Ativos	432.122	250.198	1.360.886	304.778	4.707	64.029	33.622	500	59	83.990	-	2.554.891
Investimentos/(Imobilizado)/Financeiro de Concessão	3.256.599	362.174	1.564.551	153.174	73.338	167.539	44.813	4.052	414	(608.589)	5.097.576	
PASSIVO												
Fornecedores e suprimentos	17.056.346	16.234.970	11.640.874	3.068.310	1.411.665	937.528	421.795	179.106	145.921	1.626.636	(11.950.037)	40.773.114
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	12.338	291.377	1.116.500	224.836	32.305	42.765	10.533	1.096	4.670	63.721	(64.899)	1.735.462
Juros sobre Capital próprio e Dividendos	1.102.721	8.140.323	4.609.530	1.216.157	398.512	172.370	143.031	-	-	387.585	-	16.170.310
Obrigações Pós-Emprego	3.478.810	310.901	119.947	19.493	8.737	21.774	-	6.611	3.802	21.346	(512.611)	3.478.810
Tributos	104.485	444.789	1.412.937	285.562	-	-	-	-	-	70.240	-	2.318.013
Outros Passivos	60.119	944.005	200.719	159.170	27.915	10.451	44.568	1.122	84.028	197.641	2.647.366	
Patrimônio Líquido	253.811	535.101	974.406	270.615	43.073	191.101	9.734	2.813	2.126	100.941	(104.830)	2.379.091
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	334	5.424.070	9.503.792	2.090.617	338.722	625.167	136.151	54.95	40.485	785.185	(538.943)	18.460.375
Custos e Despesas Operacionais	(519.246)	(2.402.38)	(9.007.115)	(1.803.135)	(76.934)	(573.472)	(118.153)	(13.651)	(23.794)	(613.999)	539.943	(14.638.994)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(728.807)	(4.179.554)	(1.037.57)	(1.037.57)	-	-	(648)	(9.573)	(266.766)	271.682	(5.951.272)
Encargos de Uso da Rede Gásica de Transmissão	-	(269.239)	(794.333)	(1.422.926)	-	-	-	-	(2.923)	(39.907)	233.772	(1.010.566)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(485.114)	-	-	-	-	-	(495.114)
Custo de construção	-	(118.320)	(1.228.483)	(174.449)	(39.408)	(24.856)	-	-	-	(44.678)	-	(1.630.194)
Pessoal	(33.910)	(311.505)	(728.807)	(75.535)	(11.099)	(21.200)	(38.885)	(1.471)	(1.471)	(34.731)	-	(1.360.796)
Participações das Empresas no Resultado	(12.651)	(12.651)	(154.186)	-	-	-	(1.471)	(274)	(274)	(1.632)	-	(243.655)
Obrigações Pós-Emprego	(10.111)	(29.992)	(93.888)	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.991)
Materiais	(18.819)	(52.396)	(6.665)	-	380	(1.002)	(178)	(220)	(326)	(3.127)	-	(82.555)
Serviços de Terceiros	(22.451)	(217.596)	(695.245)	(108.949)	(14.436)	(8.249)	(22.538)	(2.468)	(3.176)	(60.356)	27.706	(11.127.478)
Comp. Financ. e da Utilização de Recursos Hídricos	(179.499)	(356.96)	(392.634)	(100.874)	(7.194)	(19.827)	(36.050)	(5.522)	(2.107)	(1.276)	(3.521)	(186.384)
Depreciação e Amortização	(330)	(400.613)	(1.821)	(289.014)	(94.707)	(147)	(258)	(4.287)	(4.287)	(76.872)	-	(1.000.566)
Provisão e Operacionais	(38.988)	(136.247)	(307.167)	(60.521)	(5.17)	(3.077)	(18.967)	(1.134)	(1.134)	(18.955)	(783)	(783)
Outras Despesas Líquidas	-	(518.912)	2.995.632	496.677	287.482	261.788	51.695	17.988	41.144	16.691	171.186	-
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	-	259.325	-	4.147	-	-	-	-	-	1.021	-	264.493
Ganho na alienação de participação em controladas em conjunta	-	(2.854)	-	(336)	-	-	-	-	-	(82)	-	(3.272)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	2.476.610	258.054	289.083	51.976	4.478	31.476	10.767	1.233	1.106	85.456	-
Receita Financeira	-	(117.282)	(897.834)	(573.955)	(171.857)	(41.771)	(12.415)	(13.182)	(3.98)	(109.531)	(1.937.915)	-
Despesa Financeira	-	1.820.416	2.612.233	211.805	171.412	224.815	70.756	41.379	17.707	148.050	5.334.926	-
Resultado antes do IR e CSLL	(119.019)	(632.213)	(312.937)	(55.258)	(36.714)	(14.370)	(3.626)	(14.159)	(1.670)	(314.127)	(1.564.093)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.335)	(60.525)	(292.997)	9.301	7.859	(477)	(2.080)	(1.130)	(1.130)	(261.598)	440.852	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.633.062	1.919.485	191.365	125.455	196.050	55.909	9.877	28.950	95.521	95.521	-	4.271.685
Resultado do Período												

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 RECLASIFICADO												
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTÉ, EATE, ECIE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO												
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.465.005	15.493.240	10.457.953	2.905.653	1.421.223	852.534	419.933	174.433	147.038	1.428.981	(10.757.110)	37.008.883
Contas a Receber	226.695	1.550.033	527.296	201.551	32.627	44.597	83.737	9786	8.479	177.659	-	2.862.490
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	-	634.687	1.923.093	438.429	37.277	166.255	-	5.185	3.605	134.996	(174.040)	3.169.387
Tributos	180.000	170.492	5.000	1.932	-	-	-	-	-	1.563	-	358.987
Outros Ativos	520.901	287.612	927.168	243.527	12.899	67.135	35.944	498	57	66.568	-	2.162.309
Investimentos /imobilizável/Financeiro de Concessão	1.540.506	334.510	1.255.583	162.509	47.844	29.516	31.522	4.295	77	74.059	528.345	4.006.787
PASSIVO	11.996.903	12.515.896	5.821.813	1.857.705	1.290.576	545.031	268.710	154.669	134.820	974.216	(11.111.416)	24.448.923
Fornecedores e suprimentos	14.465.005	15.493.240	10.457.953	2.905.653	1.421.223	852.534	419.933	174.433	147.038	1.428.981	(10.757.110)	37.008.883
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	12.059	177.140	753.131	197.342	8.143	31.334	9.565	11.114	1.627	58.508	(66.115)	1.189.848
Juros sobre Capital próprio e Dividendos	1.030.227	8.347.940	3.511.222	1.085.267	405.798	131.225	97.617	-	-	349.776	819.997	15.779.069
Obrigações País-Empreço	1.243.086	-	109.215	19.219	14.043	22.359	7.225	2.405	-	22.160	(196.526)	1.243.086
Tributos	99.951	438.452	1.394.792	285.692	-	-	-	-	-	70.772	-	228.159
Outros Passivos	35.740	840.217	1.002.282	203.306	207.146	32.278	9.686	44.985	1.511	51.333	-	2428.184
Patrimônio Líquido	298.994	603.415	1.032.848	275.225	31.785	184.547	7.931	2.358	2.001	97.518	(200.233)	2.336.589
11.744.948	5.086.076	2.658.463	839.602	754.308	444.991	287.909	123.571	142.099	779.14	(11.114.433)	11.744.948	
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	347	4.531.609	8.510.128	1.810.052	276.652	457.678	125.780	49.640	38.758	439.949	(491.877)	15.748.716
Custos e Despesas Operacionais	(92.338)	(2.115.103)	(7.280.542)	(159.986)	(54.833)	(383.144)	(104.319)	(13.325)	(34.437)	(25.490)	(94.7)	(11.444.660)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(582.990)	(2.936.029)	(874.450)	-	-	-	(932)	(947)	(112.547)	229.515	(4.277.980)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(244.597)	(671.651)	(123.567)	-	-	-	(4)	(2.996)	(24.927)	237.718	(830.024)
Gás Comprado para Revenda	-	(582.990)	(2.936.029)	(874.450)	-	-	-	-	-	-	-	(329.105)
Custo de construção	-	(92.396)	(1.175.319)	(207.113)	(23.399)	(329.105)	-	-	-	-	-	(1.529.269)
Pessoal	(37.128)	(300.119)	(766.720)	(64.464)	(9.437)	(18.926)	(28.206)	(1.214)	(1.344)	(20.626)	-	(1.248.651)
Participações dos Empregados no Resultado	(14.987)	(54.987)	(148.298)	-	-	(2.005)	(207)	(120)	(457)	-	(221.061)	-
Obrigações Pós-Emprego	(8.435)	(27.784)	(87.331)	(120)	-	-	-	-	-	(30)	-	(123.700)
Materiais	(222)	(23.203)	(64.431)	(6.692)	379	(1250)	(385)	(222)	(222)	(1.471)	-	(97.752)
Serviços de Terceiros	(12.962)	(163.792)	(680.887)	(106.654)	(14.701)	(6.289)	(21.226)	(2.671)	(2.555)	(37.811)	18.721	(1.030.827)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(147.331)	-	-	-	-	(2.052)	(1.175)	(3.211)	-	(1.53.979)	-
Depreciação e Amortização	(370)	(380.564)	(383.714)	(104.537)	(2.513)	(22.129)	(35.175)	(5.434)	(25.659)	(22.574)	(982.669)	(2.575.11)
Provisões Operacionais	1.892	(12.177)	(161.437)	(78.557)	(2.513)	(22.129)	(35.175)	(1.040)	1.45	976	-	(362.032)
Outras Despesas Líquidas	(20.126)	(83.963)	(204.725)	(26.532)	(4.782)	(5.375)	(16.282)	(692)	(398)	(3.180)	5.823	-
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(91.991)	2.415.506	1.229.586	218.066	221.799	74.534	21.461	36.315	4.321	174.459	-	4.304.056
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.466.638	(744)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.466.638)	(744)
Receitas Financeiras	173.469	276.528	310.349	45.471	16.985	25.730	10.712	1.507	1.320	132.924	-	994.985
Despesa Financeira	(113.891)	(938.550)	(526.462)	(162.685)	(33.558)	(11.885)	(13.311)	(336)	21.728	(183.866)	-	(1.965.266)
Resultado antes do IR e CSLL	2.434.225	1.752.740	1.013.473	100.852	205.226	88.379	18.862	37.486	26.919	121.517	(2.466.638)	3.333.041
Imposto de Renda e Contribuição Social	(143.237)	(469.016)	(354.647)	(27.358)	(34.394)	(20.160)	(5.566)	(12.814)	(1.617)	(42.612)	-	(1.111.451)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	124.512	(14.712)	61.145	7.454	8.364	-	4.776	1.194	(94)	1.221	-	193.860
Resultado do Período	2.415.450	1.269.012	719.971	80.968	179.196	68.219	18.072	25.866	25.208	80.126	(2.466.638)	2.415.450

33. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Os ativos e passivos relacionados às aquisições e diluições de participações de controladas em conjuntos, com exceção de caixa e equivalente de caixa, foram eliminados na elaboração da demonstração de fluxo de caixa. Estes ativos e passivos estão demonstrados na nota explicativa nº 14.

A Companhia excluiu da demonstração do fluxo de caixa a parcela retida pelo Estado e repassada à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão de Debêntures da Cemig Distribuição

Em março de 2013, a Cemig D concluiu a 3^a Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5^a e da 6^a emissão da Cemig D emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,69% ao ano, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 4,70% ao ano e 5,10% ao ano, respectivamente. A 3^a Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 1º de fevereiro de 2013, a Cemig D emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCD) em favor do Banco do Brasil, no valor de R\$200 milhões, para utilização dos recursos na compra de energia, com prazo de 720 dias e juros anuais de 99,5% do CDI, sendo garantida por duplicatas de venda mercantil da CEMIG.

b) Transferência de controle

A Resolução Autorizativa nº 3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17.01.2013, Seção 01, pág 53; anuiu à reestruturação societária da TAESA, controlada em conjunto da Cemig GT, mediante as incorporações da STE e ATE na UNISA e em ato contínuo da NTE e da UNISA em TAESA, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a TAESA. As concessionárias têm 120 (cento e vinte) dias para implementação das transferências e 30 (trinta) dias, após implementadas, para apresentação dos documentos comprobatórios, bem com 60 (sessenta) dias para

assinarem os Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão impactados pelas operações anuídas.

c) Aquisição da participação da Suzano no Consórcio Capim Branco Energia

Em 12 de março de 2013, Cemig Capim Branco Energia S/A, subsidiária integral, celebrou com a Suzano Papel e Celulose S.A. e suas controladas, o contrato definitivo referente à alienação da participação da Suzano no Consórcio Capim Branco Energia. O preço total fixado na oferta, sujeito a eventuais ajustes, referente à participação de 17,8947% da Suzano no Consórcio, é de R\$ 320 milhões. Deste total, 30,3030%, correspondendo a cerca de R\$97 milhões, cabem à Cemig Capim Branco.

d) Aprovação da Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Em complemento ao disposto no Fato Relevante de 17 de maio de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou, em 09 de abril de 2013, as transferências, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), (i) dos controles societários diretos das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) dos controles societários indiretos das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE, detidos pela Companhia e por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig-GT.

A conclusão da Reestruturação Societária ainda está sujeita à anuência dos bancos financeiros, destacadamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Taesa desembolsará, na data da conclusão da Reestruturação Societária, prevista para o 1º semestre de 2013, o valor de R\$1.732 milhão, corrigido pelo CDI a partir de 31/12/2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

e) Resultado da 3ª Revisão Tarifária da CEMIG Distribuição SA.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, em reunião pública realizada em 05 de abril de 2013, divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária que acarretará o reposicionamento positivo nas tarifas da CEMIG Distribuição SA. Tais tarifas passam a vigorar a partir de 08/04/2013, sendo que o impacto médio percebido pelos consumidores se situará em 2,99%, em decorrência do próprio processo revisional e dos componentes financeiros associados.

A ANEEL já está aplicando os efeitos do Decreto 7.945, que dispõe sobre a utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para atenuar os custos de aquisição de energia das distribuidoras junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em função das condições hidrológicas desfavoráveis, com consequente acionamento das usinas termelétricas, e reduzir, em decorrência, o impacto do reajuste tarifário, limitando-o em 3%. O montante que exceda tal percentual será repassado através de parcela única até o décimo dia útil, a contar da publicação de Despacho da ANEEL. Tais recursos oriundos da CDE serão resarcidos pelos consumidores em até cinco anos, corrigidos pelo IPCA.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

f) Aumento do Capital Social e Bonificação de Ações da Cemig

Comunicamos aos nossos acionistas que o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26/03/2013, deliberou propor à Assembleia Geral de Acionistas a realizar-se no dia 30/04/2013 a aprovação do aumento do Capital Social de R\$4.265.091 para R\$4.813.362, com emissão de 109.654.15 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 (cinco reais) cada uma, mediante a capitalização de R\$548.271 da Reserva de Capital – Doações e Subvenções para Investimentos, distribuindo-se aos acionistas das ações preferenciais e ordinárias, em consequência, uma bonificação de 12,854843355%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Farão jus ao citado benefício todos os acionistas detentores de ações no dia 30/04/2013. As ações passarão a ser negociadas “ex-direitos” à bonificação a partir do dia imediatamente posterior à realização da aludida Assembleia. As ações provenientes da bonificação serão creditadas em 07/05/2013 e não terão direito aos dividendos propostos para o exercício social de 2012.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Frederico Pacheco de Medeiros
Diretor de Gestão Empresarial

José Carlos de Mattos
Diretor de Gás

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Ricardo José Charbel
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Luiz Henrique Michalick
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

149